



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (MESTRADO)
RAFAELA FERNANDES E SILVA

**A RELAÇÃO CIDADE-CAMPO EM CAMPINA GRANDE A PARTIR DA
PRODUÇÃO DO ALGODÃO COLORIDO.**

JOÃO PESSOA

Agosto, 2011

Rafaela Fernandes e Silva

**A RELAÇÃO CIDADE-CAMPO EM CAMPINA GRANDE A PARTIR DA
PRODUÇÃO DO ALGODÃO COLORIDO.**

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), como cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Doralice Sátyro Maia.
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

João Pessoa, 2011

Rafaela Fernandes e Silva

**“A Relação Cidade-Campo em Campina Grande a partir da
Produção do Algodão Colorido”**

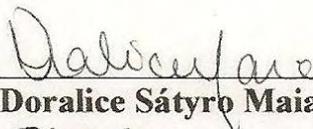
por

Rafaela Fernandes e Silva

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de
Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Geografia.

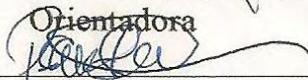
Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:



Profª Drª Doralice Sátyro Maia

Orientadora



Prof. Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias

Examinador externo



Prof. Dr. Gláucio José Marafon

Examinador externo

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia**

Agosto/2011

AGRADECIMENTOS

Registro aqui meus agradecimentos a todos aqueles que me acompanharam nessa trajetória acadêmica, em especial:

Agradeço em primeiríssimo lugar, a minha orientadora Doralice Sátyro Maia pelo apoio, dedicação, paciência e amizade desde a graduação até aqui.

Agradeço aos amigos, companheiros de trabalho, que fazem parte do Grupo de Geografia Urbana – GEURB – e Recime – equipe UFPB – pelo apoio técnico e moral, por compartilharmos momentos de alegria e de estresse. Em especial àqueles que meteram a “mão na massa” para ajudar na dissertação como Leonardo e Sonale, na confecção de mapas e nos trabalhos de campo, assim como Marina, da UFMG, que esteve conosco durante sua missão estudantil na UFPB e se dispôs a fazer o trabalho de campo comigo. A Yure, pela ajuda nas leituras, assim como pelos trabalhos de campo. Do mesmo modo agradeço a Rebeca, que além de todos esses feitos, compartilhou comigo um mês de missão na UNESP - Presidente Prudente, momento em que nos aproximamos mais, não só pela troca de experiências acadêmicas mas também de vida. A Nirvana, pela ajuda nas formatações (especialista!) e companheirismo dentro do grupo. A Flávia, Chris, Ari, valeu o apoio e a ajuda, galera.

Agradeço também a ajuda dos professores que compõem a Recime – equipe UFPB – como Carlos Augusto (Caugusto), Sérgio Fernandes, além da minha orientadora.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação por ter confiado na minha pesquisa.

Agradeço a atual coordenadora, Professora Fátima Rodrigues, por todo apoio dedicado.

Agradeço imensamente a Sônia, secretária do PPGG.

Agradeço aos amigos da UFPB, de outros grupos de pesquisa: Shauane, Mara, Helen, Salomé (Saló), Mariana (Mari).

Agradeço aos amigos geógrafos de outras instituições, que estiveram presentes na fase inicial desta minha conquista: Thaís, Flávia Marcella.

Agradeço aos que me ajudaram na última hora, em momento de desespero, via Facebook: Isabella Mayara, Áurea Régia, Jorge, e aos que já foram mencionados, como Yure e Flávia Marcella.

Agradeço a Ernani Santos Filho, pela ajuda nos levantamentos fotográficos em trabalho de campo.

Agradeço àqueles que me proporcionaram o intercâmbio na UNESP - Presidente Prudente, como o apoio financeiro da CAPs, e também àqueles que ajudaram e me acolheram: Andréa Leandra, João Paulo, Carminha, Eliseu, Arthur, Rosângela, Martin, Henrique, Viviane, Carlos Augusto, Flávia, Wagner e Ana Cláudia.

Agradeço aos companheiros da turma 2009.1(Gente bonita, elegante, sincera...).

Aos componentes da banca examinadora Prof. Dr Paulo Sérgio Cunha Farias e Prof. Dr Gláucio José Marafon, por contribuírem com a concretização deste trabalho, assim como à D. Alice pela revisão final.

Agradeço ao CNPq, pelo apoio financeiro em parte desta trajetória.

Agradeço à Camila pela ajuda na tradução do resumo para o Inglês.

Agradeço às pessoas que colaboraram com minha pesquisa através de entrevistas, como os agricultores da Comunidade Poço do Gado, no município de Arara-PB, como os agricultores do assentamento Margarida Maria Alves, no município de Juarez Távora-PB, como os representantes da Emater desse mesmo município. Ao pessoal da Embrapa Algodão e da Coopnatural, que nos recebeu inúmeras vezes, sempre disposto a nos atender, e ao pessoal das confecções e serigrafias visitadas.

Agradeço a minha família por sempre ter-me incentivado e apoiado não apenas nos estudos, mas em tudo na vida, aliás, em tudo que eles “acham” correto para mim.

Agradeço a Victor, meu namorado, não só por dividir comigo conhecimentos de cunho geográfico, como também pelas muitas leituras de inúmeras versões do meu trabalho (vai ver leu mais do que eu!), pelas sugestões, pelas críticas, às vezes ríspidas demais, pela paciência e pelo companheirismo.

Resumo

A antiga dicotomia cidade-campo vem-se diluindo com as novas transformações, compondo uma unidade dialética entre essas duas espacialidades. As novas relações cidade e campo têm como base a troca de informações e de tecnologia por parte da cidade, formando um novo arranjo das atividades agrícolas. A partir de então surge o que se denomina hoje de agricultura científica, guiada pela economia de mercado, em função das demandas urbanas e industriais. A dinâmica econômica da cidade de Campina Grande-PB, dentre outros fatores, baseia-se na produção agropecuária desde a sua fundação. Contudo, nos últimos anos a partir da atuação Embrapa Algodão, iniciam-se modificações no processo produtivo agropecuário, em destaque para o cultivo do algodão, estimulado pelos estudos e experimentos desenvolvidos com base na tecnologia e informação. A cidade de Campina Grande-PB contou com uma forte participação da cotonicultura durante o seu processo de expansão e de formação socioeconômica. Local de beneficiamento e comercialização da maior parte do algodão produzido na região Nordeste, a cidade cresceu contando com a acumulação de capital gerado pelas empresas, armazéns e estabelecimentos comerciais que nela se instalavam à medida que aumentava a circulação do algodão. Atualmente, em relação as implicações do algodão na cidade, encontramos o surgimento de cooperativas espalhadas pela cidade, responsáveis pela exportação e pela fabricação dos produtos finais do algodão colorido, como roupas, acessórios e peças para decoração. Dentre as cooperativas que atuam nesse setor, destaca-se a Coopnatural, que trabalha com o algodão colorido orgânico. Assim, trazemos como objetivo desta dissertação a análise da relação cidade-campo em Campina Grande, a partir da produção do algodão colorido. Esta análise foi efetivada a partir de levantamento bibliográfico com temas pertinentes à pesquisa, assim como trabalhos de campo nos campos de produção e nos estabelecimentos responsáveis pela produção de seus derivados. Mesmo não tendo influenciado fortemente a dinâmica socioespacial da cidade de Campina Grande, como o do algodão tradicional nos finais do século XIX e início do século XX, o algodão colorido tem exercido considerável influência na dinâmica da cidade, no que se refere aos espaços dedicados ao setor têxtil. A relevância da pesquisa direciona-se para a análise das transformações da relação cidade-campo, abrindo um leque de possibilidades para pesquisas futuras permitindo diferentes análises a partir do circuito espacial da produção do algodão colorido.

Palavras-chave: algodão colorido, cidades médias, relação cidade-campo.

Abstract

The ancient city-country dichotomy has been diluted with the news changes, making a dialectical unity between these two spatiality. The news relationships city-country is based in exchange of information and technology by the city. It's creates a new agricultural activitie's arrangement. With this changes arises the scientific agriculture, guide to market economy according urban and industrial demands. The economic dynamics of the Campina Grande city is based in the agricultural production since its foundation. However, in the last years, from the work of Embrapa Cotton has been begun changes in agricultural production process, especially in cotton cultivation, stimulated by researches and experiments developed based on technology and information. Campina Grande had a strong participation of the cotton industry during its process of expansion and socioeconomic formation. This city developed based in capital accumulation generated by cotton businesses. Nowadays, Campina Grande has a new cotton history: the creation of color cotton and the production of its derivatives. By the way, the city has many cooperatives responsible for export and for manufacturing of finals products, such as clothes, accessories and decoration items. Among the cooperatives that operate in the cotton sector, stands out Coopnatural, which works with organic colored cotton. In this context, the present research has aimed analyze the relationship between city and country in the Campina Grande city, from cotton color. The color cotton culture wasn't so influent in the city as the color culture developed in the end century 19 and begin 20, but has influencend on the textile industry. This analysis was realized whit literature about themes relevant to the research, as well empirical researchers in the production's fields and in the establishments responsible for production of cotton color's derivatives.

Keys Words: cotton color, medium cities, city-country relationship.

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - Ruas da feira e sua ocupação..... | 29 |
| Quadro 2 - Procedência dos produtos comercializados por setor pesquisado na Feira Central de Campina Grande-PB..... | 31 |
| Quadro 3 - Perfil dos estabelecimentos comerciais agropecuários de Campina Grande..... | 43 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|--|-----|
| Mapa 1- Campina Grande-PB região de influência..... | 20 |
| Mapa 2- Localização geográfica de Campina Grande..... | 25 |
| Mapa 3 - Municípios da Paraíba de procedência dos produtos comercializados na feira central de Campina Grande..... | 32 |
| Mapa 4 - Municípios onde se encontra o cultivo do algodão colorido com a participação da Coopnatural..... | 69 |
| Mapa 5 - Empresas vinculadas à Coopnatural | 84 |
| Mapa 6 - Localização das associações, cooperativas e indústrias parceiras da Coopnatural..... | 91 |
| Mapa 7 - Mercados externos importadores dos produtos da Coopnatural..... | 105 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - As relações entre as cidades em uma rede urbana..... | 22 |
| Figura 2 – Feira na Rua Maciel Pinheiro – 1930..... | 27 |
| Figura 3 - Prédio do Cassino-Cabaré Eldorado na Feira Central de Campina Grande..... | 28 |
| Figura 4 - Feira Central de Campina Grande..... | 29 |
| Figura 5 - Feira de Legumes..... | 30 |
| Figura 6 - Feira de frutas..... | 30 |
| Figura 7 - Feira de aves..... | 30 |
| Figura 8 - Feira de aves..... | 30 |
| Figura 9 - Fardo de algodão de 100 kg..... | 35 |
| Figura 10: Plantação algodão colorido em consórcio com gergelim e mandioca..... | 63 |
| Figura 11 – Plantação algodão colorido em curva de nível..... | 64 |
| Figura 12 – Plantação algodão colorido direta no solo..... | 65 |
| Figura 13 – Plantação algodão colorido em curvas de nível sem consórcio..... | 65 |
| Figura 14: Altura do pé de algodão de coloração rubi, na comunidade Poço do Gado..... | 66 |
| Figura 15 – Algodão branco em meio à plantação do algodão de coloração rubi, na comunidade Poço do Gado..... | 67 |
| Figura 16: Agricultor recolhendo algodão de fibra branca da plantação do algodão de coloração rubi na comunidade Poço do Gado..... | 68 |
| Figura 17 – Principais dificuldades com a plantação do algodão orgânico colorido no assentamento Margarida Maria Alves..... | 71 |
| Figura 18- Cadeia produtiva do algodão colorido..... | 78 |
| Figura 19- Sede da Coopnatural em Campina Grande..... | 82 |
| Figura 20- Sede da cooperativa Entrefios em Campina Grande..... | 88 |
| Figura 21- Tear manual utilizado na cooperativa Entrefios em Campina Grande... | 89 |
| Figura 22- Tecidos estocados na sede da Coopnatural em Campina Grande..... | 92 |
| Figura 23- Corte da malha do algodão colorido na sede da Coopnatural em Campina Grande..... | 93 |
| Figura 24 - Mesas térmicas e de granito utilizadas na Art Stamp Serigrafia em Campina Grande..... | 94 |

| | |
|---|-----|
| Figura 25- Peças de algodão colorido orgânico na Art Stamp Serigrafia em Campina Grande..... | 95 |
| Figura 26- Tela onde são impressas as estampas na Art Stamp Serigrafia em Campina Grande..... | 95 |
| Figura 27- Peça de algodão colorido orgânico pronta para a aplicação da arte gráfica na Art Stamp Serigrafia em Campina Grande..... | 96 |
| Figura 28- Peças com arte estampada na sede da Coopnatural em Campina Grande..... | 97 |
| Figura 29- Peças com arte estampada na sede da Coopnatural em Campina Grande..... | 97 |
| Figura 30- Art Moda em Campina Grande..... | 98 |
| Figura 31- Zirtaeb indústria e comércio de artigos em Campina Grande..... | 98 |
| Figura 32- Peças prontas para venda na Coopnatural em Campina Grande - PB.... | 100 |
| Figura 33- Peças encaixotadas para a venda na Coopnatural em Campina Grande - PB..... | 101 |
| Figura 34 - Pacote com produtos oriundos da Coopnatural e endereçado..... | 101 |
| Figura 35 - Peças à venda na loja da Coopnatural em Campina Grande -PB..... | 102 |
| Figura 36- Brinquedos à venda na loja da Coopnatural em Campina Grande -PB. | 103 |

LISTA DE SIGLAS

AMDE – Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico.

CAIs – Complexos Agroindustriais.

CAMPAL – Cooperativa Agrícola Mista de Patos.

Ceap – Centro Apoio a Pequenos Empreendimentos da Paraíba.

CINEP – Companhia de Desenvolvimento da Paraíba.

CNPA – Centro de Pesquisa Nacional do Algodão.

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

COOPNATURAL – Cooperativa de Produção de Têxtil Afins do Algodão do estado da Paraíba.

FIEP – Federação das Indústrias do estado da Paraíba.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LABVEST – Laboratório do Vestuário do Estado da Paraíba.

REGIC – Região de Influência das Cidades.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

SINDIVEST – Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado da Paraíba.

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

UFPB – Universidade Federal da Paraíba.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 13 |
| Capítulo I – A FORMAÇÃO ECONÔMICA E ESPACIAL DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE..... | 17 |
| 1.1 Campina Grande na rede urbana brasileira..... | 19 |
| 1.2 A formação de Campina Grande como entreposto comercial e abastecedor regional..... | 24 |
| 1.3 O ouro branco gerando riqueza na cidade: beneficiamento e comercialização do algodão em Campina Grande..... | 34 |
| Capítulo II – A PRODUÇÃO DO ALGODÃO COLORIDO E SUA INSERÇÃO NA DINÂMICA SOCIOESPACIAL DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE..... | 45 |
| 2.1 A Inserção da Cientificidade na Cultura do Algodão..... | 47 |
| 2.2 O algodão colorido no Nordeste brasileiro..... | 55 |
| 2.3 Plantio e colheita do algodão colorido..... | 59 |
| Capítulo III – A RELAÇÃO CIDADE-CAMPO EM CAMPINA GRANDE A PARTIR DA PRODUÇÃO DO ALGODÃO COLORIDO..... | 73 |
| 3.1 A relação cidade-campo e o circuito espacial de produção do algodão colorido..... | 74 |
| 3.2 Coopnatural: fragmentação do processo produtivo..... | 78 |
| 3.3 Cooperativa de exportação e economia popular urbana..... | 85 |
| 3.4 Etapas do Processo de Produção das Mercadorias Comercializadas..... | 87 |
| 3.4.1 <i>Fiação e tecelagem.....</i> | <i>87</i> |
| 3.4.2 <i>O corte do tecido, o “designer” e a distribuição para as confecções e as bordadeiras.....</i> | <i>92</i> |
| 3.4.3 <i>Distribuição e comercialização.....</i> | <i>100</i> |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 107 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 110 |
| APÊNDICE | 115 |

INTRODUÇÃO

Na formação socioeconômica da cidade de Campina Grande destaca-se a cotonicultura. Devido ao impacto dessa cultura na economia local e, por conseguinte no crescimento da cidade, houve aí acumulação de capital. Assim, a cidade, em seu processo de estruturação, manteve forte relação com o campo, mais especificamente com a produção do algodão que se constituiu um marco na história de Campina Grande, desde sua origem.

A sua posição geográfica e a necessidade de circulação de mercadorias conferiram-lhe uma situação de entreposto comercial, característica básica de passagem, concretizada mais tarde na formação da feira o que deu impulso à comercialização e ao beneficiamento do algodão.

Muito embora tenha-se desenvolvido ainda em meados do século XIX, a comercialização e o beneficiamento do algodão foram intensificados no século XX, com a chegada da estrada de ferro, ligando Campina Grande ao maior porto do Nordeste, o porto de Recife. Antes, o transporte era realizado em lombo de burro, nas estradas de rodagem precárias daquela época. Os tropeiros traziam o algodão para ser comercializado e industrializado em Campina Grande por essas estradas, o que contribuiu para que a cidade se transformasse em um importante pólo mercantil.

A chegada da ferrovia trouxe à Campina Grande mudanças na sua dinâmica quanto à sua morfologia e às relações econômicas, impulsionando a implantação de novos equipamentos urbanos. Além da ferrovia, as empresas, os armazéns e um maior número de estabelecimentos comerciais, que possibilitaram um maior fluxo nos negócios, imprimiram uma nova dinâmica à cidade.

Já em meados do século XX, não somente o algodão produzido na zona rural do município era comercializado na cidade, mas também o das localidades distantes, como o algodão sertanejo. Este quadro fez com que a cidade se tornasse conhecida como o mais importante centro mercantil e beneficiador do algodão, atraindo para seu território a instalação de grandes empresas.

Hoje a cidade passa por um novo processo em sua dinâmica socioespacial: a produção do algodão colorido, resultante dos avanços tecnológicos e científicos. À medida que se dá o avanço tecnológico, o espaço geográfico é modificado. Na atual

conjuntura, de acordo com Santos (2006a), tem-se um meio que é transformado não somente por objetos artificiais, como também pela informação, estando na base da produção, utilização e funcionamento do espaço. Nesse contexto, encontra-se a ciência aplicada ao processo produtivo. A partir de então, o espaço geográfico que é produzido, tendo como suporte a ciência, a tecnologia e a informação e que segue em direção a atender os interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política, passa por novo funcionamento, que lança um novo arranjo produtivo e também espacial.

O avanço do meio técnico-científico-informacional, levou à reestruturação produtiva os setores econômicos, entre os quais a agropecuária, implementando um novo modelo técnico, econômico e social na produção desses setores. Todos os espaços produtivos passaram a ser espaços de produção e de consumo, seja no ambiente urbano, seja no rural. A produção agrícola passou a receber influência das mesmas leis que regem outros aspectos da produção econômica.

Dentro desse quadro, surgiu no mercado o algodão de fibra colorida, com o intuito de atender um nascente mercado têxtil consumidor, lançado pela Embrapa Algodão, através do melhoramento convencional de espécies algodoeiras brancas e coloridas. Essa produção do algodão, agora de fibra colorida, trouxe à cidade de Campina Grande uma mudança na dinâmica socioespacial, uma vez que produziu novos espaços e novas relações de trabalho: cooperativas, ateliês de costuras, lojas especializadas, entre outros. Os atores envolvidos passaram também a compor a sociedade de forma distinta e em situações diferenciadas. São relações que se reproduziam na dinâmica da cidade.

O interesse de tentar entender a relação cidade-campo a partir da produção do algodão colorido reside no fato de as novas relações cidade-campo terem sido impostas a partir do processo de globalização da economia e, conseqüentemente, da reestruturação produtiva. Para esse entendimento consideramos pertinente verificar as mudanças no processo de produção do algodão, identificar os campos de plantio dessa fibra bem como seus campos experimentais. Consideramos relevante, ainda, o mapeamento das empresas comerciais e de serviços ligados a produção do algodão, bem como verificar as entidades que estão em parceria com a Embrapa Algodão, empresa responsável pela criação das sementes do algodão colorido.

Outro fato que tem chamado a atenção para analisar a relação cidade-campo a partir da produção do algodão colorido em Campina Grande, é o caráter da referida cidade de atrair novos agentes empreendedores para seu território. Tal questão, então, a coloca no patamar da discussão das cidades médias consideradas como promissoras devido ao seu papel de intermediação entre diversas localidades.

Sendo assim, o conhecimento empírico nos campos de produção do algodão colorido, bem como nos estabelecimentos responsáveis pela produção de seus derivados se fazem pertinentes. Bem como a elaboração de um referencial teórico, a partir de pesquisa bibliográfica direcionada aos temas pertinentes, possibilitando um diálogo com o empírico e o teórico.

Desta maneira, o presente trabalho está desenvolvido em três etapas de análise. No primeiro capítulo localizaremos a cidade dentro da rede urbana brasileira, no bojo de estudos acadêmicos que têm sido direcionados à análise das cidades médias. Registraremos, também, a formação socioeconômica de Campina Grande, a partir do desenvolvimento do seu comércio, em primeiro lugar com a feira, que deu destaque à cidade como entreposto comercial e abastecedor regional e, posteriormente, com o algodão, fase em que avança a acumulação de capital na cidade.

No segundo capítulo, mostraremos o processo de produção do algodão colorido orgânico, a partir da inserção da cientificidade nesta cultura, pesquisa realizada pela Embrapa Algodão, apresentando os períodos do meio geográfico, propostos por Santos (2006a), e analisando comparativamente essa produção com a produção do algodão convencional no Centro-Oeste brasileiro. Não menos importante, dentro de tal processo, será o resgate do quadro histórico que permitirá examinar o desenvolvimento dessa nova cultura, a partir da flexibilização do mercado, vendo como ocorrem as relações entre a Embrapa Algodão e o produtor do algodão colorido e algodão colorido orgânico, através de coletas de pesquisas de campo.

No terceiro capítulo, apresentaremos o desenvolvimento do algodão colorido e a nova relação cidade-campo, a começar da última etapa do circuito espacial da produção do algodão colorido, no que se refere aos seus derivados, etapa realizada na cidade de Campina Grande, a partir da cooperativa de exportação Coopnatural. Nesse capítulo será realizada a análise de como as empresas têm-se articulado para se adaptar ao novo

cenário competitivo, através do sistema de cooperação e como se tem comportado esse novo produto dentro da economia urbana, redefinindo a relação cidade e campo.

Por fim, teceremos nossas conclusões sobre a análise da produção do algodão colorido, tendo em vista a importância desse processo dentro das transformações que o cenário produtivo vem sofrendo atualmente, provocando mudanças na relação cidade-campo.

Apontaremos as dificuldades encontradas em alguns momentos de realização dos trabalhos de campo e coleta de informações, como a negligência de informações por parte de proprietários de estabelecimentos e a falta de dados em relação a área produzida do algodão colorido.

Capítulo I

A FORMAÇÃO ECONÔMICA E ESPACIAL DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE.

Neste capítulo pretende-se expor a formação socioeconômica de Campina Grande. O resgate histórico será apresentado a partir do surgimento da feira, que se constituiu em um elemento para a caracterização de Campina Grande como abastecedor regional, impulsionando não só a atividade comercial nessa cidade, como também seu papel de intermediação entre as localidades vizinhas.

O dinamismo econômico e social da feira contribuiu para a maior dinâmica comercial da cidade, fazendo surgir uma parcela da sociedade ligada ao comércio, o que gerou acumulação de capital na cidade, lastreando a futura instalação de empresas voltadas ao beneficiamento e exportação do algodão.

Logo após o registro da formação da feira e do seu crescimento, será feita uma análise do processo da comercialização do algodão em Campina Grande, considerando a parcela da população ligada ao comércio, a qual se soergueu com o desenvolvimento da feira. Não menos importante será a análise da instalação da estrada de ferro, já no início do século XX, que passa a ligar a cidade ao porto de Recife, então o de maior movimento, impulsionando a comercialização do algodão, o que leva ao aumento dos fluxos na cidade, estimulando o seu processo de urbanização.

Outro fator importante que inseriu Campina Grande no mercado global foi a instalação de indústrias nacionais e internacionais em seu território, após os incentivos fiscais da SUDENE, na década de 50 e a criação do Pólo Tecnológico, já na década de 80.

Por fim, chegaremos ao período atual do processo de produção e comercialização do algodão em Campina Grande, agora direcionado ao algodão colorido que se origina a partir da semente criada pela Embrapa Algodão, empresa que tem sua sede na referida cidade. A partir do desenvolvimento dessa nova¹ fibra, Campina Grande passa por uma redefinição do seu papel de centro intermediador, agora em escala internacional.

Assim essa abordagem ajudará a compreender o desenvolvimento socioespacial de Campina Grande, o qual, até meados do século XX, esteve pautado em investimentos de proprietários e produtores rurais. Foi na primeira metade do século que a cidade dispôs de um considerável capital acumulado em seu território, propiciando a entrada da

¹ Nova no Brasil, mas que tem origem desde antes da colonização hispânica.

tecnologia na produção do seu espaço, através da fixação de objetos técnicos e seus respectivos fluxos.

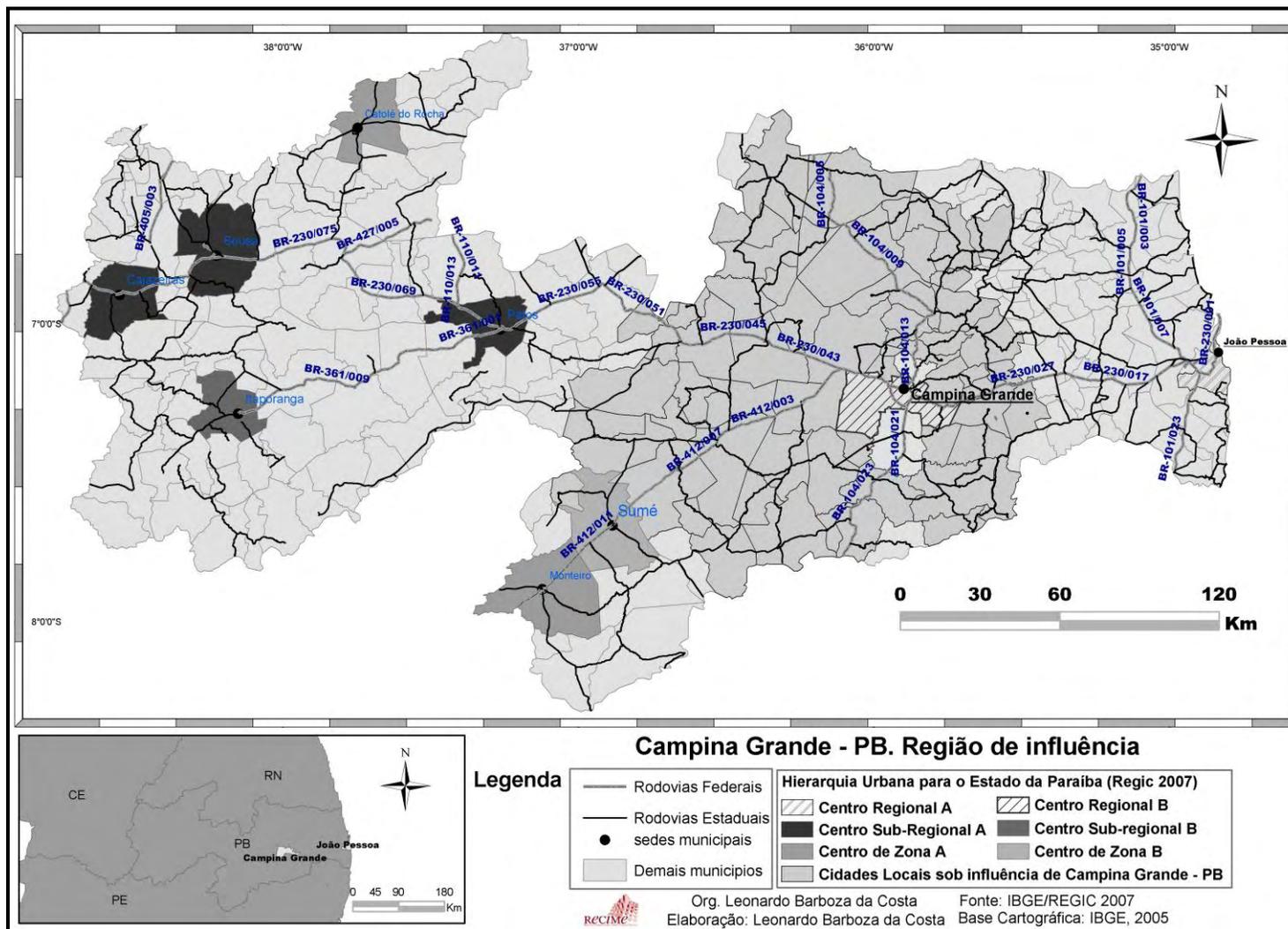
1.1 Campina Grande na rede urbana brasileira.

Se considerarmos a posição da cidade de Campina Grande na rede urbana, veremos que é classificada como Capital Regional B, segundo a Região de Influência das Cidades (Regic), que utilizou, para a classificação da hierarquia dos centros urbanos, determinados critérios: função de gestão do território, avaliando níveis de centralidade do Poder Executivo e do Judiciário em escala federal; de centralidade empresarial; presença de diferentes equipamentos e serviços (IBGE 2009). O mapa 1 apresenta a região de influência de Campina Grande em relação à capital João Pessoa, classificada como Capital Regional A.

Se analisarmos a região de influência de Campina Grande no mapa 1, observaremos que ela polariza um número elevado de municípios, não se restringindo apenas aos municípios vizinhos.

Devido à sua região de influência e ao seu papel intermediador, a cidade se qualifica como “cidade média”. Para tanto, é utilizada a metodologia de classificação de cidades médias, conforme os estudos que vêm atualmente sendo desenvolvidos sobre o pensar a respeito da realidade dessas cidades e da sua conceituação.

Mapa 1 – Campina Grande-PB região de influência



Tais estudos partem da constatação da maior abrangência espacial que, para essas cidades e a partir delas, são estabelecidas, conformando regiões que têm espacialidades marcadas por descontinuidades territoriais e ampliação das articulações espaciais por diversos meios de transporte e de comunicação. Parte ainda do pressuposto de que tais cidades vêm recebendo influência de novos atores econômicos, na maior parte dos casos empresas de grande porte, e/ou respondendo a interesses de inovação tecnológica.

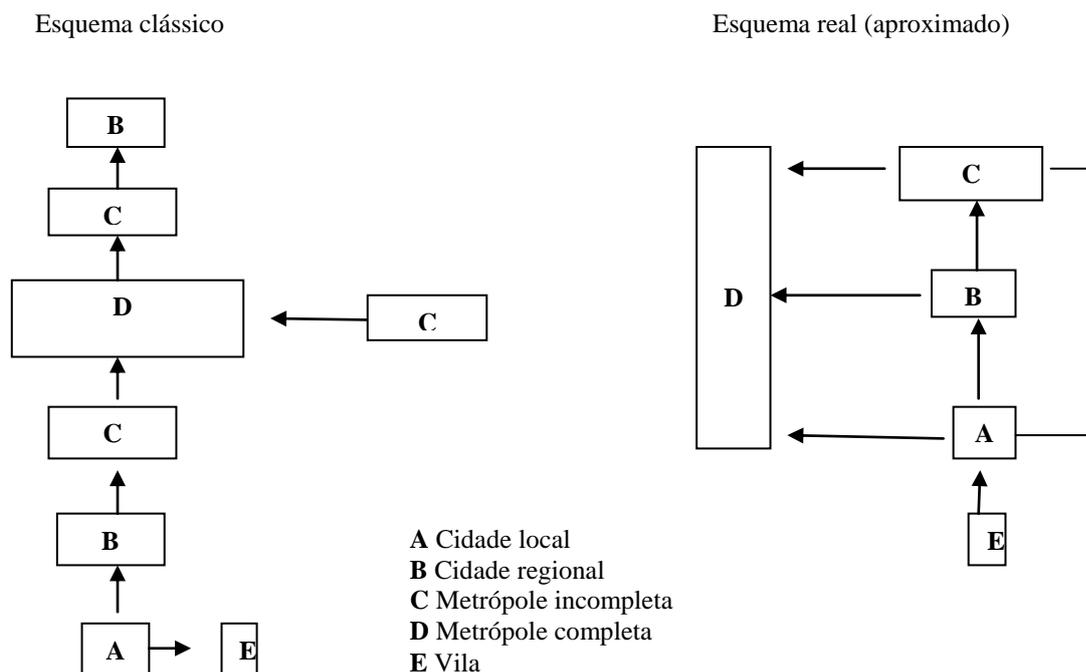
Essa análise vai ao encontro das transformações que o espaço vem sofrendo, principalmente a partir da “crescente internacionalização da economia capitalista” (Castells, 1984). São transformações que levam a uma nova maneira de produzir, para além das regiões, dos países, levando à mundialização que torna cada vez mais os lugares singulares e específicos (SANTOS, 1994). É nesse contexto que surge a necessidade de se pensar a noção de região dentro de um contexto mais abrangente, que acarrete a necessidade de repensar a clássica noção de rede urbana (figura 1). Segundo Santos (1994),

Hoje, a noção de região inclui-se num contexto maior, onde, também, não podemos mais falar da clássica noção de rede urbana; assim também como não podemos mais referir-nos às clássicas noções de relação cidade-campo. Não é que não existam ainda hoje estas relações, mas mudaram de conteúdo e de forma. (p. 48)

Dentro dessa mudança de conteúdo e de forma estabelece-se a especialização produtiva, que ocasiona a especialização funcional das áreas e lugares, o que leva à intensificação do movimento e à possibilidade crescente das trocas (SANTOS, 1994), fazendo, assim, crescer as cidades médias.

A figura 1 representa a comparação entre o esquema da clássica noção de rede urbana e o que se deveria entender sobre a rede urbana hoje. Pelo esquema clássico, a rede urbana era estabelecida por uma hierarquia em que as cidades mantinham relações apenas com aquelas mais próximas, ao contrário do que ocorre atualmente. Graças ao avanço das comunicações e dos meios de transporte e a consequente fluidez do território, as cidades se relacionam mutuamente, sem que haja, obrigatoriamente, uma hierarquia entre elas.

Figura 1 - As relações entre as cidades em uma rede urbana.



Fonte: Santos (1994)

Segundo Correa (1989), no processo de urbanização, a rede urbana passou a ser o meio através do qual produção, circulação e consumo se realizam efetivamente. Dessa maneira o autor afirma que a rede urbana é a cristalização do processo de realização do capital e, por conseguinte, ela permite compreender a divisão e a articulação do mundo capitalista. Assim, crescem as cidades médias, a partir da intermediação e do processo de troca que realizam com as demais cidades. A análise dessa tipologia de cidades, realizada pelos estudos anteriormente citados, estabeleceu critérios para a classificação que utilizam, como suas características funcionais e o seu papel como elo entre centros locais, a partir da sua atuação como centro de ofertas de bens e serviços para sua área de influência (SPOSITO, 2006).

Corrêa (2007) lembra que as cidades médias estão inseridas num *continuum* que vai de minúsculos núcleos de povoamento às cidades globais, sendo elas um tipo de cidade caracterizada por uma particular combinação de tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intraurbano. Para tanto, há de se considerar que tais características são contextualizadas geograficamente, a partir de uma combinação entre elas. A origem dessas cidades estaria no contexto de formação da moderna rede

urbana, desde a integração e diferenciação demográfica e funcional, que emerge do processo de urbanização diferenciada, fazendo surgir centros metropolitanos, cidades médias e cristalizando demograficamente as pequenas cidades. No caso, as cidades médias mostram-se como lugares com perspectivas consideradas promissoras para novas atividades de agentes sociais empreendedores.

Para Soares (2008), deve-se considerar ainda a condição provisória da cidade média, bem como as conexões políticas e econômicas que ela mantém com a pequena e a grande cidade, pois apresenta em seu espaço urbano amenidades da primeira, sem as desvantagens da segunda.

Sposito et al (2007) afirmam que o estudo das cidades médias brasileiras deve ser realizado a partir do novo contexto que rege o espaço de suas relações, o qual é marcado por articulações espaciais realizadas sem haver continuidade territorial, ou seja, como a importância de uma cidade média tem relação direta com a área sobre a qual ela é capaz de exercer influência. Hoje em dia deve-se estar atento para o fato de que tal relação não se dá apenas através da continuidade territorial, mas também a partir das possibilidades oferecidas a partir da conectividade, considerando a crescente importância das telecomunicações.

Os estudos levam em consideração, também, as transformações observadas no espaço intraurbano dessas cidades. São transformações que aparecem como reflexo da reestruturação produtiva a qual, por sua vez, vem acompanhada pela reestruturação espacial das cidades médias, através da ampliação ou alteração de seus papéis regionais e da escala de abrangência da rede de fluxos em que se inserem.

A cidade de Campina Grande, inserida nesses critérios elencados para análise dessa tipologia de cidades, apresenta-se como lugar com perspectiva considerada promissora para novas atividades de agentes sociais empreendedores, como veremos mais adiante com a inserção do algodão colorido na dinâmica socioespacial da cidade.

1.2 A formação de Campina Grande como entreposto comercial e abastecedor regional.

O mapa 2 destaca a localização da cidade em relação à Metrópole Recife- PE, às Capitais Regionais A de João Pessoa-PB e Natal-RN, à Capital Regional C de Caruaru-PE, aos Centros sub-regionais A de Patos-PB e Garanhuns-PE.

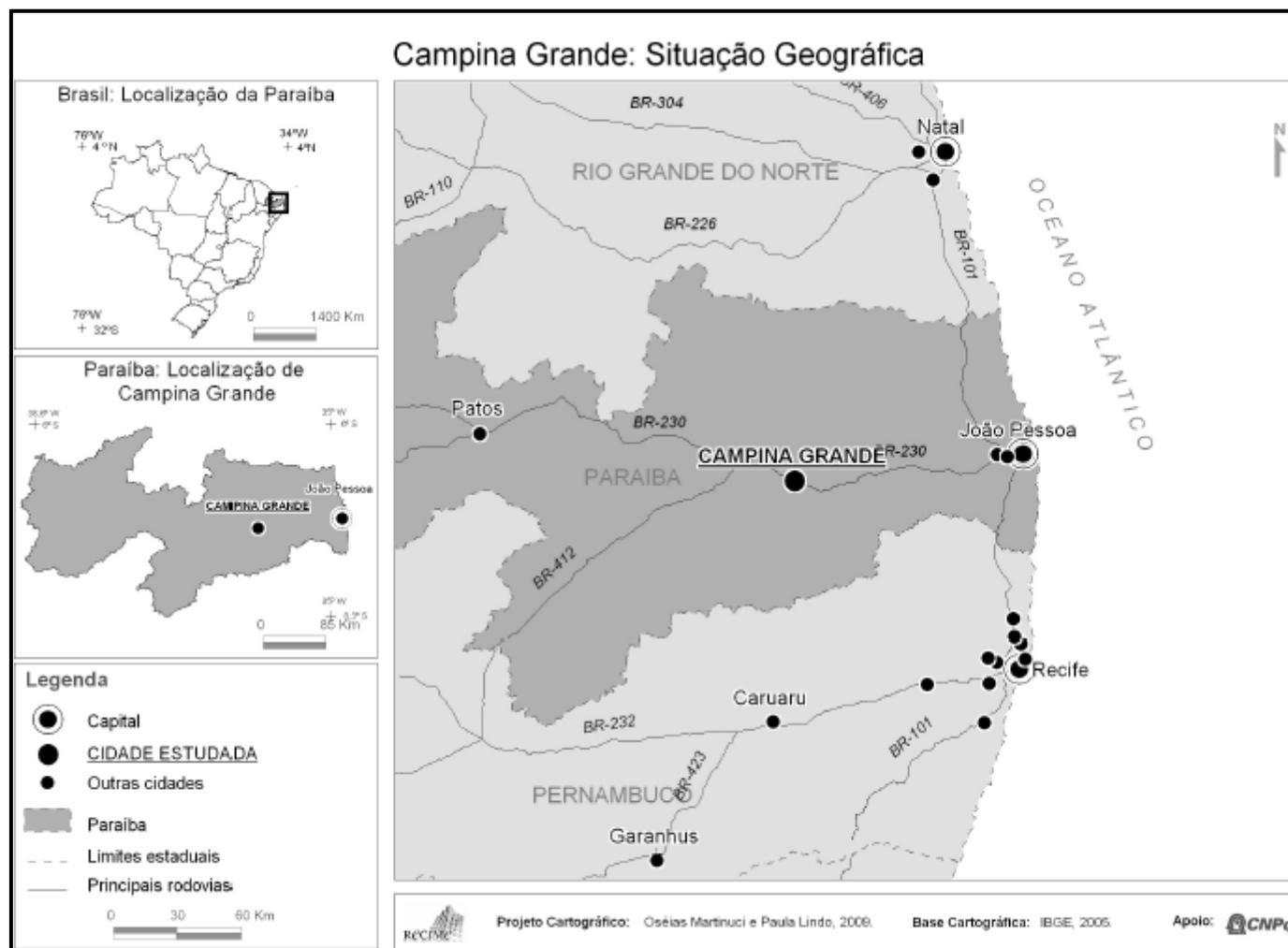
Considerando sua área de abrangência espacial, Campina Grande desde o seu surgimento, relacionava-se não apenas com o seu entorno, mas também com lugares distantes, como o sertão e estados vizinhos.

Seu papel intermediador está associado à sua localização geográfica. Situada entre o Sertão e a Zona da Mata, já no século XIII, a cidade servia de parada para quem percorria essa rota. A primeira manifestação de um comércio local ocorre com o surgimento da feira de farinha. A pecuária, como também a agricultura, fizeram-se presentes nesse processo, abastecendo tanto a cidade como as localidades em sua proximidade, configurando assim uma área de influência tanto urbana como rural. De acordo com Barros (1987):

O crescimento/gestação da cidade se iniciou no século XIX. A princípio, o que mais a caracterizava do ponto de vista funcional é o comércio de gado, que se realizava através da forma feira. Mas também coleta algodão, couros, alimentos, em sua área de influencia, que se ampliara com a abertura na segunda metade daquele século da Estrada Real, que partindo da então capital da Província, Paraíba – hoje João Pessoa - , tinha ponto terminal a oeste de Campina Grande (BARROS, 1987, p. 110).

Dessa maneira, a sua formação enquanto entreposto comercial deu-se a princípio como ponto de pouso para tropeiros, ou seja, a criação de gado foi o principal responsável pelo seu processo inicial de ocupação. Devido às frequentes paradas dos tropeiros, surgiu o primeiro comércio de Campina Grande: a feira, que intensificou ainda mais as paradas daqueles que por ali passavam.

Mapa 2 – Localização geográfica de Campina Grande



A feira surgiu em um arruado situado às margens do rio Piabas, denominado de Sítio das Barrocas. No entorno desse arruado, a cidade foi crescendo, pois à medida que atraía mercadores, iam sendo erguidos novos estabelecimentos e também novas habitações. Monbeig (1957) resalta o caráter centralizador da feira:

Campina Grande, situada à margem dum velho caminho colonial que vai dar na estrada real, é o tipo da cidade-mercado (34.343 habitantes). O sertanejo leva para lá mandioca, algodão, carne, cordas; o homem do brejo vende milho, frutas, cana, aguardente, madeira e mesmo essa coisa rara no sertão: móveis. (...). Não é mais somente um mercado local, mas um centro regional em contato direto com a capital do nordeste, Recife. (MONBEIG, 1957, p. 207-208).

O caráter intermediador de Campina Grande deu-se pelo processo de troca dos mais diversos produtos de diferentes lugares, abrangendo não apenas a escala local mas também a regional.

Em seu processo de consolidação, a feira passou por diversas transformações e realocações, configurando-se sempre nas principais ruas da cidade que, posteriormente, constituíram o centro. A feira de Campina Grande, portanto acompanhou o crescimento da cidade. Embora tenha tido alterada a sua localização – Rua Vila Nova da Rainha, Rua Maciel Pinheiro (figura 2), quando foi alargada, passando a ocupar ruas ao seu redor – desde a origem permanece na área que se configura como núcleo original da cidade ou centro primaz e, mais recentemente, Centro Principal.

Segundo Costa (2003), a feira de Campina Grande acompanhou toda a história dessa cidade, adaptando-se ao advento dos diversos meios que se sucederam: com a construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a feira foi transferida para o Largo da Matriz, quando, então, foi construída a alpendrada da feira; com as construções dos mercados de cereais, um durante o governo de Baltazar, em 1826, o outro sobre o governo de Alexandrino Cavalcante, em 1864, a feira foi deslocada novamente; em 1930, quando se intensificou a concepção sanitária, afastando da cidade todas as atividades consideradas impróprias de conviverem salutarmente

(COSTA, 2003, p. 109), a feira, então, foi transferida para novas ruas onde continuou expandindo-se.

Figura 2 – Feira na Rua Maciel Pinheiro - 1930



Fonte: Diniz, 2004.

De fato, a feira livre, também denominada de Feira Central de Campina Grande desenvolveu-se e continua se desenvolvendo, adaptando-se às inovações impostas àquele espaço, ou seja, às novas edificações, às novas demandas, a um maior contingente de pessoas que ali procuram mercadorias e ainda às novas tecnologias. Hoje em dia ela se apresenta, conservando elementos dos meios pretéritos (COSTA,2003, p.95) , ao mesmo tempo que absorve as modernidades dos meios que se sucederam, culminando com o meio técnico-científico-informacional, como define Milton Santos, ou seja, o meio geográfico, território que inclui, obrigatoriamente, ciência, tecnologia e informação.

Localizada no centro tradicional, a feira foi atravessando os diversos meios, acompanhando a evolução do meio técnico, acompanhando as mudanças das condições da vida urbana campinense.

As transformações em seu espaço relacionadas às novas construções decorrentes de novos usos desse espaço misturam-se com formas passadas, que representam especializações produtivas de uma época anterior, em que vigoravam outras formas de relações sociais. De acordo com Santos (2006a):

Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. (SANTOS, 2006a, p. 92)

A feira apresenta-se como uma rugosidade, misturando objetos de tempos diferenciados, herança de uma sociedade que viveu outro estilo de relações. São prédios antigos, hoje reutilizados para novos empreendimentos, ou abandonados, servindo de refúgio para desabrigados, como retrata o prédio da figura 3.

Figura 3 - Prédio do Cassino-Cabaré Eldorado na Feira Central de Campina Grande.



Fonte: Trabalho de campo junho de 2011. **Foto:** Rafaela Silva.

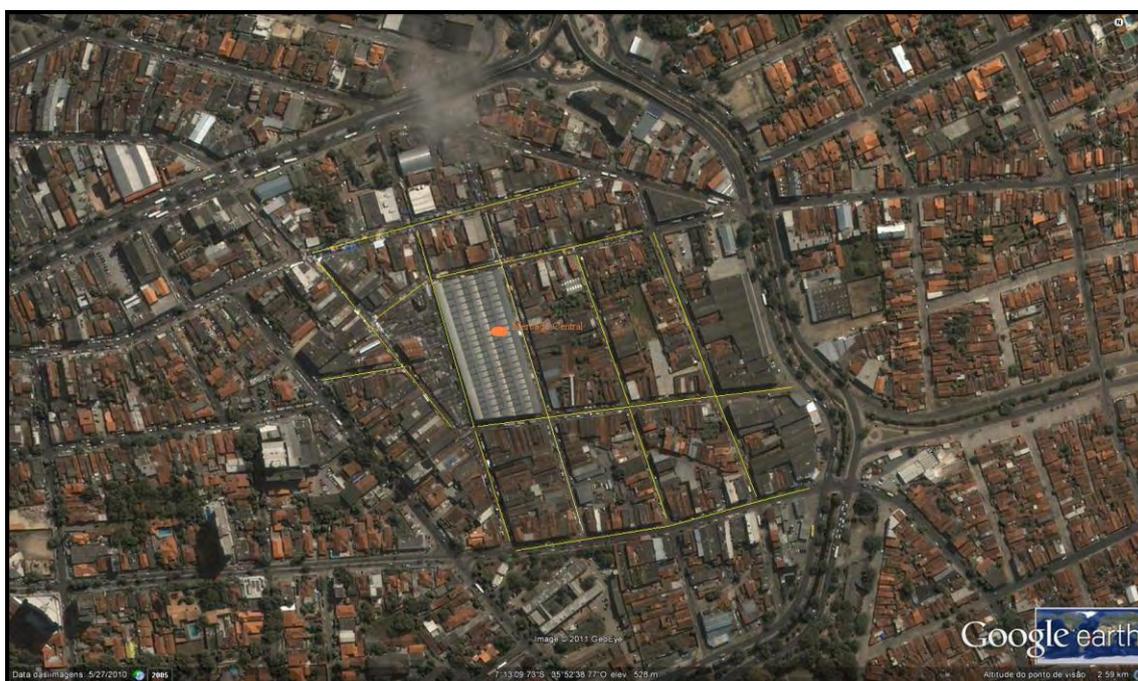
A espacialização da Feira Central de Campina Grande dá-se por setores. Atualmente, espalha-se por 10 (dez) ruas, figura 4, dispondo de uma área coberta com mais de 8.000m² do mercado central, totalizando mais de 75.000 m² por onde se distribuem mercadinhos, armazéns, bares e o mais variado tipo de comércio (COSTA, 2003, p. 155). O quadro 1 mostra os setores da feira, representados pelas respectivas ruas e o principal tipo de ocupação, desde a comercialização aos serviços, a exemplo de estacionamentos e pontos de táxi e mototáxi.

Quadro 1 - Ruas da feira e sua ocupação.

| Nome | Principais produtos comercializados |
|------------------------------|---|
| Rua Dr. Antonio de Sá | CDs, redes, miudezas |
| Rua Cristóvão Colombo | Calçados, louça e ferragens, cereais |
| Rua Pedro Álvares Cabral | Louças e ferragens, frutas |
| Rua Manuel Pereira de Araújo | Mangalhos, tubérculos (batata, inhame, macaxeira), sucata, trocas |
| Rua Quebra-quilos | Estacionamento |
| Rua Dep. José Tavares | Diversos |
| Rua Manuel Farias Leite | Flores, peixes, fumo de rolo, redes |
| Rua Marcílio Dias | Produtos agrícolas de época, queijos, frutas |
| Rua Dr. Carlos Agra | Estacionamento |
| Rua Cap. João de Sá | Ponto de táxi e mototáxi |

Fonte: Costa (2003)

A imagem, apresentada na figura 4, destaca a espacialização da feira, a partir da setorização das ruas que a comportam, ao redor do mercado central, e a movimentam das mais diversas formas. Dentro da área em que se estabelece a feira, a concentração das mercadorias segue de acordo com os eixos que formam cada setor.

Figura 4 - Feira Central de Campina Grande.

- Ruas da feira
- Mercado Central

Fonte: Google Earth, acesso em 17 de junho de 2011.

A feira apresenta uma grande diversidade de produtos como frutas, verduras, carnes, queijos, roupas, chás medicinais, cereais, grãos, produtos artesanais, flores, brinquedos, calçados entre outros, atendendo não só a população campinense, mas também a dos municípios circunvizinhos. Assim como os consumidores que não são apenas da própria cidade, os feirantes também vêm de localidades próximas, como mostra o quadro 2.

Figura 5 - Feira de Legumes



Fonte: Trabalho de campo junho 2011.

Figura 6 - Feira de frutas



Fonte: Trabalho de campo junho 2011.

Figura 7 - Feira de aves



Fonte: Trabalho de campo junho 2011.

Figura 8 - Feira de aves



Fonte: Trabalho de campo junho 2011

Muito embora apresente grande oferta de produtos, o movimento na feira varia de acordo com cada setor. As figuras 5 e 6 mostram um dos setores mais movimentados, aquele que oferece produtos de maior demanda, como legumes e frutas.

Essas imagens retratam o movimento da feira em um dia de semana, segunda-feira. Sabe-se que os dias de maior movimentação são as quartas e os sábados.

Quadro 2 - Procedência dos Produtos Comercializados Por Setor Pesquisado na Feira Central de Campina Grande-PB.

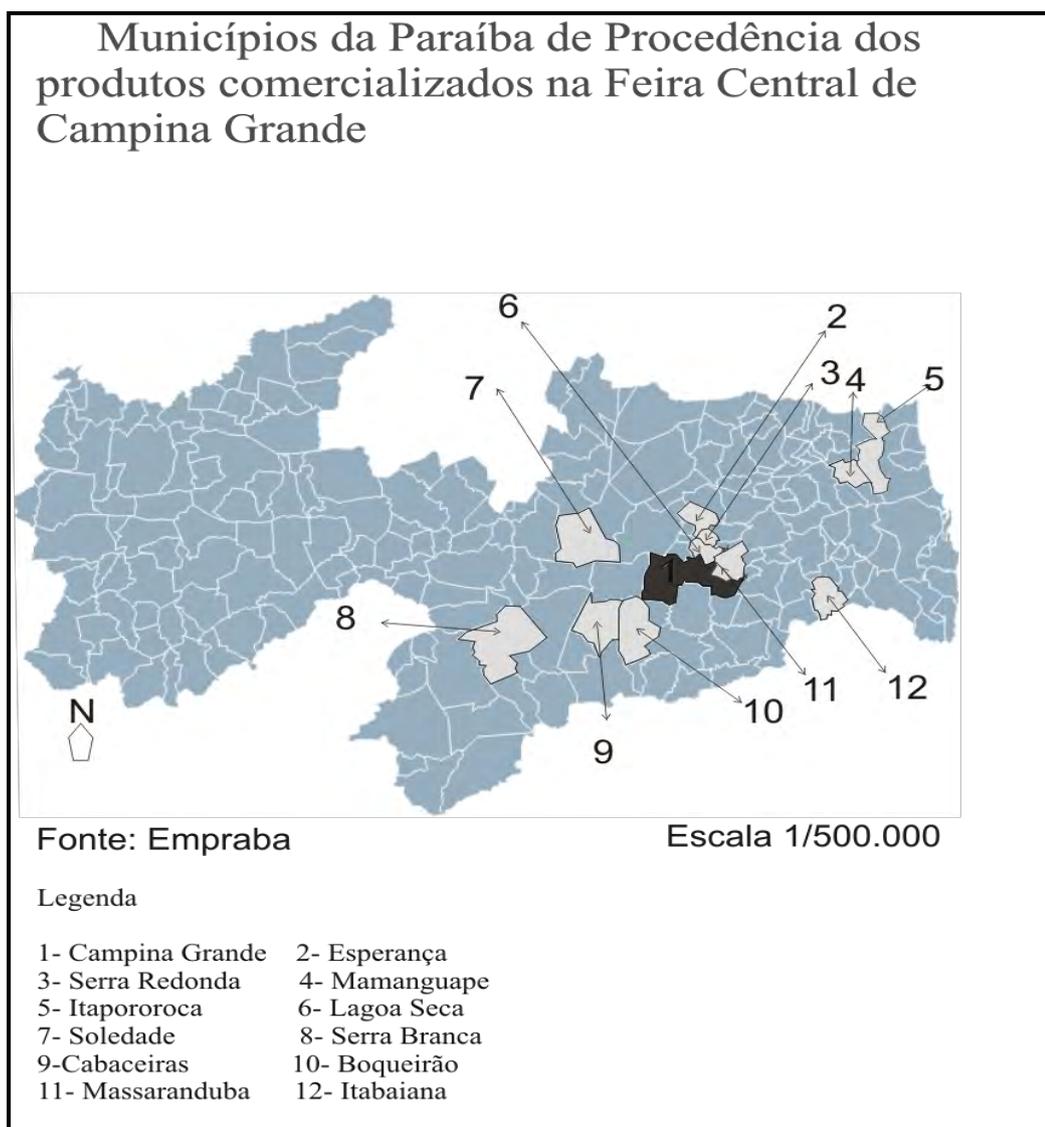
| Tipo de Produto | Origem |
|---|---|
| Frutas, verduras, legumes e hortaliças | CEASA, Massaranduba-PB, Lagoa Seca-PB, Serra Redonda-PB, Petrolina-PE, Mamanguape- PB, Itapororoca-, Bahia, Sítios em Campina Grande. |
| Carnes | Boqueirão-PB, Soledade-PB, Puxinanã-PB, São Paulo, Pernambuco, Ceará. |
| Peixes | Rio Grande do Norte, Pernambuco, Boqueirão-PB, Serra Branca-PB, Galante-PB, Ceará. |
| Queijos | Boqueirão-PB, Barra de Santana-PB, Caicó-RN |
| Produtos artesanais | São Bento-PB, Boqueirão-PB, Caruaru-PE, Limoeiro do Norte-CE, Lagoa Nova-PB, Esperança-PB, Cabaceiras-PB, Itabaiana-PB, Campina Grande-PB. |
| Flores naturais | Gravatá de Bezerra-PE, Caruaru-PE, Campina Grande-PB, Recife-PE, Bonito-PE. |

Fonte: Trabalho de campo, setembro de 2008.

Como revela o quadro 2, os produtos comercializados são, em sua grande maioria, provenientes dos municípios vizinhos, como é o caso de Lagoa Seca, Lagoa Nova, Boqueirão, Itabaiana e Cabaceiras. Além desses, é importante destacar a participação dos municípios de estados vizinhos, como Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.

Cabe ressaltar a importância da centralidade da feira. A centralidade é medida por fluxos, a partir da circulação de pessoas, mercadoria, e capital. Dessa forma, ela demanda um alcance espacial máximo e um alcance espacial mínimo que abarca esses fluxos. O mapa 3 representa a espacialização da relação da feira com os demais pontos do território paraibano, desde municípios vizinhos à cidade de Campina Grande aos mais distantes.

Mapa 3



Fonte: Trabalho de Campo, setembro de 2008. **Organização e Elaboração:** Leonardo Barboza da Costa

A centralidade da feira de Campina Grande é tomada na escala urbana, à medida que, segundo Sposito (1998),

A centralidade urbana pode ser abordada em duas escalas territoriais: a intra-urbana e a da rede urbana. No primeiro nível é possível enfocar as diferentes formas de expressão dessa centralidade tomando como referência o território da cidade ou da aglomeração urbana, a partir de seu centro ou centros. No segundo nível a análise toma como referência a cidade ou aglomeração urbana principal em relação ao conjunto de cidades de uma rede, essa por sua vez podendo ser vista em diferentes escalas e formas de articulações e configuração, de

maneira a que se possam compreender os papéis da cidade central. (SPÓSITO, 1998, p. 27)

Referindo-nos à cidade de Campina Grande como central dentro da rede urbana local estudada, podemos compreender o papel de sua feira principal.

Para Lefebvre (1999), a centralidade é a essência do fenômeno urbano, desde que considerada como movimento dialético que a constitui e a destrói. Ele afirma que a centralidade exige um conteúdo, não importa qual seja.

Amontoamento de objetos e de produtos nos entrepostos, montes de frutas nas praças de mercado, multidões, pessoas caminhando, pilhas de objetos variados, justapostos, superpostos, acumulados, eis o que constitui o urbano. (LEFEBVRE, 1999, p. 110)

Com o surgimento e a expansão da feira, Campina Grande foi-se destacando como um grande abastecedor regional, o que proporcionou maior relevância do seu papel na rede urbana. Devido ao seu caráter centralizador, a feira deixou de ser realizada semanalmente, passando a acontecer de segunda a sábado, ocorrendo com maior intensidade às quartas e aos sábados, como apontado anteriormente.

Muitos foram os produtos que deram destaque a esse tipo de comércio na cidade, como a feira de farinha, a de cereais e a de gado, respectivamente. Os fluxos que circulavam, em virtude da feira, proporcionaram a Campina Grande uma acumulação de capital que lhe deu uma posição de destaque na comercialização do algodão produzido no sertão nordestino, fazendo com que a cidade possuísse uma das maiores praças mundiais de comércio do algodão. A circulação de pessoas, de capital e de mercadorias implementou, na cidade, pontos de comercialização e neles uma camada social de comerciantes aptos a esse tipo de atividade.

Como aponta Cardoso (2000):

Contudo, foi com o desenvolvimento da cultura do algodão que a cidade de Campina Grande adquiriu sua principal condição de centro comercial. Os comerciantes campinenses tornaram-se agentes financeiros ao implantar os primeiros bancos; bancos privados locais que surgiram como sociedades cooperativas, primeiramente, e posteriormente foram absorvidos por estabelecimentos financeiros nacionais. (CARDOSO, 2000, p. 42)

Com o desenvolvimento do comércio do algodão, a cidade ampliou ainda mais seu poder regional, intensificando o seu processo de urbanização e desenvolvimento econômico. Junto com o desenvolvimento do comércio do algodão, instalaram-se de forma fixa, na cidade, empresas de beneficiamento, indústrias – tanto nacionais como multinacionais – e bancos, ou seja, objetos técnicos instalados na cidade a começar da cotonicultura.

1.3 O ouro branco gerando riqueza na cidade: beneficiamento e comercialização do algodão em Campina Grande.

A posição geográfica anteriormente destacada conferiu, à cidade de Campina Grande, uma situação de entreposto mercantil que foi fundamental para o desenvolvimento da feira, fazendo surgir, na sociedade, uma parcela de negociantes. Em um período posterior, ocorre o desenvolvimento da comercialização e do beneficiamento do algodão na cidade, aumentando mais ainda essa parcela de comerciantes na cidade. De acordo com Cardoso (2000), “O algodão do Nordeste foi o motor do enriquecimento e modernização de Campina Grande”. (p. 42)

Andrade (1980), na sua clássica obra “A Terra e o Homem no Nordeste”, afirma que o algodão foi a atividade que estabeleceu o nexo da dinâmica social e econômica para praticamente todo o semi-árido nordestino, transformando-o de área de produção de gêneros acessórios direcionada ao suporte das zonas canavieiras – produzindo bens salários ou insumos produtivos – à zona de produção primária para a indústria têxtil nacional e internacional.

A cultura do algodão era realizada não apenas por grandes proprietários rurais, mas também por pequenos agricultores, que associavam essa cultura ao milho, ao feijão, à fava, dentre outros de ciclo vegetativo curto e que podiam ser aproveitados para o abastecimento familiar. Seu transporte era realizado em lombo de burro, nas estradas de rodagem precárias daquela época, em que os tropeiros conduziam o fardo de algodão de 100 kg (figura 9) para ser comercializado e industrializado em Campina Grande pela rodovia, o que contribuiu para que a cidade se transformasse em um importante pólo mercantil.

Assim, a acumulação para o surgimento de um importante centro mercantil algodoeiro originava-se dos fazendeiros criadores de gado que produziam algodão como uma renda adicional. Dessa forma, os ricos comerciantes da cidade recebiam, beneficiavam e exportavam o algodão, fazendo surgir na cidade um grupo dedicado apenas ao comércio e ao beneficiamento do algodão. Firmas e escritórios de vendas começaram a chegar na cidade, a exemplo da SION & CIA, LEITÃO & CIA, DEMÓSTENES BARBOSA & CIA, M. BARROS & CIA, ARAÚJO RIQUE & CIA, JOSÉ DE BRITO, JOSÉ DE VASCONCELOS. Emergiu, assim, a elite local de maior poder econômico e também político da cidade de Campina Grande.

Figura 9 - Fardo de algodão de 100 kg.



Fonte: trabalho de campo março 2011, Museu do Algodão. **Foto:** Rafaela Silva.

Com a chegada da ferrovia, no início do século XX, mais precisamente em 1907, os fluxos de bens e pessoa, direcionados à cultura do algodão, foram acentuados. O algodão, então, passou a ser transportado até o porto de maior dinâmica do Nordeste, o porto de Recife. Segundo Aranha (1991),

a posição de que essa cidade assume como grande entreposto comercial, em particular no setor algodoeiro, não se deve ao simples fato de ter se tornado ponta de trilho e sim às excepcionais condições dessa ponta de trilho. Se ela prosperou nessa cidade e,

por sua vez, contribuiu para sua prosperidade econômica, isto se deve a dois fatores de fato excepcionais. De um lado, a privilegiada posição dessa ponta de trilho, já que ficava no mais movimentado entroncamento das principais estradas da Paraíba e dos Estados limítrofes; de outro lado, sua ligação direta com o maior porto de exportação do Nordeste, o porto de Recife. (ARANHA, 1991, p. 92)

Desse modo, a situação geográfica de Campina Grande e a chegada da via férrea em seu território permitiram uma concentração econômica oriunda da produção algodoeira, criando condições para a acumulação de capital nessa cidade. Assim, a cidade passou por um aumento no uso de capitais constante, fixo e de giro.

Sem dúvida, o processo de urbanização sofreu forte impulso, em 1907, a partir da instalação da ferrovia *Great Western of Brasil Railwai* que trouxe a Campina Grande mudanças na sua dinâmica quanto à sua morfologia e às relações econômicas. Além da própria ferrovia, foram implantados, neste espaço urbano, novos equipamentos, empresas, armazéns e um maior número de estabelecimentos comerciais e de crédito, que possibilitaram um crescente fluxo comercial.

Para Santos (1994), o espaço é, também e sempre, formado de fixos e de fluxos. Nós temos coisas fixas, fluxos que se originam dessas coisas fixas, fluxos que chegam a essas coisas fixas.

Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. [...] Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão, também, a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo. (SANTOS, 1994, p. 77)

Tudo isso junto é o espaço e foi no resultado dessa interação entre os fixos e os fluxos do comércio do algodão que se foi construindo e desenvolvendo com grande intensidade, o espaço urbano de Campina Grande.

A circulação do algodão em Campina Grande destacou-se pelo papel desta cidade como intermediadora de exportação. Com a chegada da ferrovia, essa circulação intensificou-se e, já em meados do século XX, circulava na cidade não apenas o algodão produzido em sua zona rural, como também o algodão produzido em localidades distantes, como o algodão sertanejo.

O desenvolvimento desse quadro fez com que a cidade se tornasse conhecida como o mais importante centro mercantil e beneficiador do algodão, atraindo para seu território a instalação de grandes empresas, como as unidades beneficiadoras SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro), empresa argentina e a ANDERSON CLAYTON, empresa Norte-Americana, no ano de 1935. Mas, como aponta Aranha, (1993) a instalação dessas empresas trouxe danos à cidade, à medida que

[...] o dinheiro ganho por essas multinacionais não era investido aqui, ia todo para fora do país. Antes deles chegarem à cidade ocorria o contrário, já que o dinheiro ganho aqui era investido aqui mesmo. (ARANHA, 1993, p. 17)

Dessa maneira a circulação que se dava a partir do comércio do algodão decorrente da atuação dessas duas empresas gerava fluxos que circulavam pela cidade, mas que não se fixavam, havendo uma baixa em relação aos fixos oriundos da cotonicultura nordestina.

Em relação ao circuito do algodão produzido na Paraíba, Aranha (1991) aponta que

[...] podemos constatar que se estabeleceu todo um circuito de acumulação, que vai das áreas produzidas até o porto de embarque, passando pelas praças de comércio que intermediavam esse “corredor de exportação”. Os ganhos começavam com os grandes produtores rurais, ou com os comerciantes beneficiadores instalados nessa ou naquela localidade interiorana, tinham continuidade com os comerciantes recebedores que controlavam e/ou beneficiadores que controlavam e intermediavam especialmente a circulação do produto, com amplo destaque para os que eram radicados na praça de Campina Grande, e encerravam o referido circuito de acumulação interna com os que eram embolsados pelos comerciantes exportadores do porto. (ARANHA, 1991, p. 133)

Esse circuito está vinculado aos interesses externos da cultura algodoeira, a partir do surgimento da indústria têxtil. Com o advento da Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII, a cultura do algodão entrou nos circuitos produtivos do capitalismo, intensificando sua procura como matéria-prima para as indústrias têxteis.

Moreira (2008), ao falar da primeira Revolução Industrial que eclodiu na Inglaterra, no século XVIII, explica:

A tecnologia característica é a máquina de fiar, o tear mecânico, o descaroador do algodão. O ramo básico é o têxtil de algodão. E a classe trabalhadora típica é o operariado das fábricas têxteis. O sistema de transporte característico é a ferrovia, além da navegação marítima. (MOREIRA, 2008, p.136)

Para atender a demanda das indústrias têxteis, muitos países começaram a produzir algodão, em muitos casos junto a outros tipos de produção, o que introduziu o Brasil no comércio internacional do algodão. Atraídos por esse novo mercado consumidor, fazendeiros paraibanos, como afirmamos anteriormente, começaram a cultivar o algodão nos latifúndios pecuaristas, possibilitando-lhes uma renda extra.

Na fase seguinte, segunda Revolução Industrial, implantou-se o sistema fordista de acumulação, em que predominava a produção em série de bens homogêneos para o consumo de massa, acentuando a produção industrial de têxteis e confecções em série. Foram necessários grandes estoques de matérias-primas têxteis, o que só era possível com a produção em larga escala do algodão branco e, em menor proporção, das fibras sintéticas (FARIAS, 2010).

Se observarmos o processo produtivo do algodão, desde seu cultivo à exportação de sua fibra, chegaremos ao que Santos (1994) denomina de circuito espacial da produção, quando se refere a uma série de fases correspondentes aos distintos processos de transformação por que passa o produto principal da atividade até chegar ao consumo final².

No caso da produção do algodão que se estendeu pelo século XX, esse circuito espacial produtivo contava com a participação nacional apenas no que diz respeito à produção da fibra do algodão, ao beneficiamento e sua comercialização, ficando a última parte – da transformação – a cargo das indústrias internacionais. Como veremos a seguir, em relação à fibra de algodão colorido, esse circuito iniciou-se e encerrou-se em território nacional, ficando a cargo internacional apenas parte do consumo final.

Nos anos 30, com a violenta seca que ocorreu no sertão, houve uma sensível queda na produção do algodão. A crise também se agravou, quando o algodão proveniente da Região Nordeste, foi superado pelo algodão produzido em São Paulo,

² Esse tema será aprofundado no próximo capítulo.

que, com a crise do café, passou a produzir muito mais algodão que a Região Nordeste, com recursos oriundos da riqueza do plantio do café, conforme registra Aranha (1991):

Melhor aquinhado do ponto de vista da disponibilidade de capital e, conseqüentemente, melhor aparelhado tecnicamente para o cultivo, o beneficiamento e transporte do algodão, tudo isso associado a relações sociais de produção no campo já plenamente capitalistas, levaram São Paulo a transformar-se no maior produtor nacional dessa fibra. (ARANHA, 1991, p. 165)

Na década de 50, a partir de incentivos da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) com a política de industrialização do Nordeste brasileiro, deu-se a instalação de indústrias na cidade, quando foram criados os distritos industriais³, abrigando não só indústrias nacionais, mas também internacionais. Afirma Cardoso (2000):

Se Campina Grande inicia seu desenvolvimento industrial com base no comércio do algodão, este torna-se decadente a partir de 1945. Após isso, inicia-se uma intensa intervenção do Estado no processo econômico de Campina Grande, concentrando-se na formação de capital para instalação do Distrito Industrial sob diversas formas de incentivos como isenção de tributos, doação de terrenos etc.. É neste sentido que a busca de superação da crise, num processo de redirecionamento do processo de industrialização, dá-se com o deslocamento do capital comercial para a indústria. (CARDOSO, 2000, p. 43)

Muito embora tenha ocorrido uma redução na produção do algodão nordestino, ele ainda continuava em circulação, porém sem o dinamismo anterior, até que, na década de 80, a cultura do algodão foi surpreendida por uma nova crise, agora muito mais relevante. A fase da contaminação das lavouras pela praga do Bicudo⁴ foi um dos responsáveis pela decadência da cultura do algodão na Região Nordeste⁵. Autores, como Targino e Moreira, (2006) relatam que a praga do Bicudo foi responsável pela

³ Hoje a cidade possui quatro distritos industriais que recebem incentivos fiscais municipal e estadual, capitaneados pelo poder da FIEP (Federação das Indústrias do Estado da Paraíba), que tem sede na cidade (Cardoso e Maia, 2001).

⁴ Bicudo (*Anthonomus Grandis*), praga comum nos cultivos de algodão. Apareceu pela primeira vez no Nordeste em 1983. Dois anos depois, já havia se alastrado por cerca de 350 mil hectares, distribuídos entre os estados de São Paulo, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Disponível em < <http://www.campoecriacao.com.br/site/index.php?p=noticia&id=6580>>. Acesso: 06.jun.08.

⁵ Essa cultura será resgatada mais à frente, já com a implantação de um sistema técnico e científico comandando a produção e trazendo uma inovação: o algodão que já nasce colorido.

extinção quase que completa da cultura do algodão em todo o semiárido paraibano. A contaminação da lavoura pelo Bicudo acarretou uma diminuição da área colhida no território nacional o que, conseqüentemente, ocasionou uma baixa nas exportações do produto, mudando o quadro brasileiro no comércio internacional.

Apesar da infestação da lavoura pela praga do Bicudo, outros fatores colaboraram para a diminuição da região no cenário mundial de exportação do algodão, como aponta Souza:

Inicialmente, no Brasil a exploração de algodão começou na Capitania do Pará, no século XVIII, chegando até à Região Nordeste, em meados do século passado, quando foi uma das principais culturas nordestinas. Todavia, diversos problemas afetaram a sua produção, tais como ataques de pragas, deficiências na produção com colheita feita manualmente e concorrência com o algodão norte-americano, provocando grande impacto na economia da região. A liderança da produção passa da Região Nordeste para São Paulo e Paraná, estados que investiram em novas técnicas de cultivos, seleção de sementes, produção e comercialização de sementes e no final do século XX ela foi para a Região Centro- Oeste do país, principal região produtora. (SOUZA, 2009, p. 16)

Muito embora tenha ocorrido a migração da liderança da produção, a partir de investimentos em novas técnicas e o surgimento de pesquisas, em especial no Centro-sul, surgiram, na década de 80, pesquisas relacionadas ao melhoramento das fibras de algodão, em especial à criação da fibra do algodão colorido, realizada pela Embrapa Algodão, instalada na cidade de Campina Grande em 1975. Com o desenvolvimento da pesquisa e seus resultados, a referida cidade passou ao papel de centro intermediador em escala internacional.

O setor têxtil de Campina Grande tinha sofrido uma considerável redução e disso resultou um grande contingente de mão de obra desempregada qualificada no setor, direcionando-se para outros setores da economia local.

Diante do grande número de reserva de mão de obra do setor têxtil, que se formou tanto pela disseminação da lavoura, como pela perda da importância do parque têxtil instalado na região, a Prefeitura Municipal criou, em 1999, a Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico (AMDE). Entre os diversos programas elaborados pela

Agência estava o Programa Multissetorial, envolvendo a organização de segmentos sociais, qualificação profissional e microcrédito. Em relação ao microcrédito,

a equipe da AMDE começou a identificar uma forte tendência dos pequenos empreendedores de se dirigirem para o setor têxtil. De acordo com o relatório anual da AMDE (2000), entre 1999 e 2000 foram apoiados mais de 100 pequenos empreendimentos relacionados ao setor. (PINHEIRO, 2003, p. 5)

Assim, a mão de obra desempregada do setor têxtil propiciou a criação do Programa de Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Setor Têxtil de Campina Grande. Tal programa desenvolveu-se com base em uma parceria entre a AMDE e a Embrapa Algodão que, de início, direcionavam-se à plantação do algodão colorido apenas na Paraíba. A zona rural da cidade de Patos, onde se localiza a CAMPAL (Cooperativa Agrícola Mista de Patos), serviu de campo experimental dessa experiência.

Já as indústrias de vestuário de Campina Grande voltaram a ganhar força com o surgimento do Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado da Paraíba (Sindinvest) que criou, em 1991, o Centro de Comercialização Luiza Mota (Shopping Luiza Mota), reservado às vendas no atacado a comerciantes do varejo e revendedores de toda a região da Paraíba e estados vizinhos, como Pernambuco e Rio Grande do Norte (DUARTE, 2006).

Não menos importante em relação aos investimentos públicos direcionados ao desenvolvimento da cidade, foi a formação do Pólo Tecnológico, na década de 80, mais precisamente em 1984. O Pólo Tecnológico foi criado pelos órgãos CNPq, UFPB, PARAIBAN e Governo do Estado da Paraíba (CARDOSO e MAIA, 2007). De acordo com Santos Filho (2007), o tecnopólo é entendido como um aglomerado de IES, EBT's, centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D), instituições de fomento e outros, articulados a partir de um sistema de redes de cooperação dentro de um espaço compatível com a área territorial de uma cidade. E é nesse campo que Campina Grande mais se destaca no cenário brasileiro.

Analisando o processo de urbanização de Campina Grande podemos afirmar que o mesmo surgiu fortemente vinculado à produção no campo, quer seja na era do latifúndio pecuarista, com os fazendeiros instalando-se na cidade, quer seja com o algodão que, como acabamos de ver, proporcionou uma gama de riqueza a esta cidade.

Podemos dizer que a acumulação de capital em Campina Grande esteve voltada, por um determinado período, ao desenvolvimento das atividades primárias.

Até os dias atuais, Campina Grande sofre influências dessa relação com o campo, muito embora conte com outros fatores que contribuem para destaque em sua hinterlândia, ou até mesmo para destaque nacional e internacional como o seu Pólo Tecnológico.

Hoje, a cidade cresce e se desenvolve economicamente com base nos mais diversos serviços, mas a tradicional ligação com o campo vizinho ou os demais ainda se mantém, a exemplo do comércio realizado em seu centro tradicional. Atualmente, acrescenta-se a existência de estabelecimentos comerciais especializados na venda de produtos agropecuários. Em pesquisa de campo, foi realizado um levantamento desses estabelecimentos⁶ que, em sua maioria, encontram-se instalados no centro e na zona periférica do centro da cidade, como mostra o quadro 3.

⁶ A pesquisa foi realizada com um levantamento prévio dos estabelecimentos agropecuários na lista telefônica. Em seguida, foi realizado um trabalho de campo em que se confirmou a existência e localização desses estabelecimentos, seguidos de aplicação de questionários.

Quadro 3 – Perfil dos estabelecimentos comerciais agropecuários de Campina Grande.

| Nome do estabelecimento | Sotratores | Casa do agricultor | Campo verde | Agroferragens | Agroflora |
|--|--|----------------------------|---|---------------------------------------|---|
| Tempo que atuam no mercado | 23 anos | 10 anos | 3 anos | 10 anos | 7 anos |
| Tempo que atuam em Campina Grande | 23 anos | 10 anos | 3 anos | 10 anos | 5 anos |
| Produtos comercializados | Peças para tratores | Ferramentas elétricas | Implementos agrícolas, semente, ferramentas | Máquinas agrícolas | Sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas |
| Consumidores | Construtoras, fazendas, usinas | Não especificou | Agricultores | Agricultores | Não especificou |
| Destino dos produtos | Toda a Paraíba e algumas cidades do estado de Pernambuco | Estados vizinhos e Paraíba | Campina Grande e cidades vizinhas | Brejo (Areia), Curimataú, Alagoa Nova | Local |
| Tipo de produção | Agrícola e construção civil. | Não especificou | Não especificou | Local | Pecuária, plantação de pimentão |

Fonte: Trabalho de campo realizado no período de janeiro a março de 2009.

O quadro 3 revela o destino dos produtos que seguem não apenas para o território paraibano, como também para estados vizinhos, além de apontar a existência de estabelecimentos antigos na cidade, em contraponto com os mais recentes. Revela ainda a presença da modernização agrícola, à medida que a cidade comercializa maquinários e implementos para a produção. A comercialização de sementes e insumos dá-se nos estabelecimentos mais recentes na cidade, o que se entende como uma abertura de mercado consumidor desse tipo de produto na região. Com exceção da Sotratores, que se localiza na rota de saída para o sertão, os demais estabelecimentos encontram-se fixados no centro da cidade.

Dessa maneira, observamos que o crescimento e a expansão da cidade de Campina Grande e o seu desenvolvimento econômico, estiveram fortemente ligados à relação com o campo ou com a produção rural. Apesar desse quadro de relações ter-se alterado, estão presentes em seu território vestígios de que essas relações ainda se mantêm.

Tais relações se modificam como consequência dos processos de mudanças que vêm sendo implantadas no espaço geográfico, entendido aqui, com base na atual fase da história da humanidade, como um espaço formado da soma de sistemas de objetos e sistemas de ações formadores do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006a).

As relações cidade-campo serão tratadas com Santos (2006a) a partir da divisão do meio geográfico em três etapas: meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-internacional. Segundo o referido autor,

A história das chamadas relações entre sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural, *dado* a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente *instrumentalizado*⁷ por essa mesma sociedade. (SANTOS, 2006a, p.156)

Com base nessa divisão do meio geográfico, proposta por Milton Santos, analisaremos, no próximo capítulo, a inserção do algodão colorido na dinâmica socioespacial da cidade de Campina Grande, a partir de seu processo de produção, culminando no meio geográfico atual.

⁷ Grifo do autor.

Capítulo II

A PRODUÇÃO DO ALGODÃO COLORIDO E SUA INSERÇÃO NA DINÂMICA SOCIOESPACIAL DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE.

No capítulo anterior vimos que o beneficiamento e a comercialização do algodão acompanharam a história da formação econômica de Campina Grande, sendo um dos fatores que possibilitou, nessa cidade, a acumulação de capital. Analisaremos, agora, a criação do algodão colorido, abordando o seu processo de produção que envolve a pesquisa e as etapas de plantio que ocorrem em diferentes espacialidades, desde a criação da Embrapa Algodão, sediada na cidade em estudo.

O que diferencia essa fase da produção do algodão, dos períodos anteriores – quando a expansão da cidade deu-se em decorrência do beneficiamento e da comercialização do referido produto – é principalmente a inserção da ciência, da tecnologia e da informação em seu processo. Segundo Santos (2006a), isso resulta do avanço do meio técnico-científico-informacional que levou à reestruturação produtiva dos setores econômicos e, por conseguinte, à reestruturação da agropecuária, implementando um novo modelo técnico, econômico e social na produção desses setores. Dessa maneira, iremos examinar o algodão colorido com base no que Santos denomina de agricultura científica.

O algodão de fibra colorida de há muito foi utilizado nas sociedades indígenas e camponesas que habitavam a América Central e a América do Sul. Era domesticado e criado por esses povos, tendo servido de base para as atuais pesquisas. Mas, no presente trabalho, o algodão de fibra colorida, que iremos analisar, corresponde a um produto que resulta da agricultura científica e que surgiu na Embrapa Algodão. Esta instituição, criada em 1975, entrou no cenário com o objetivo de gerar tecnologias, produtos e serviços para as culturas de algodão, gergelim, mamona e sisal. As pesquisas aí desenvolvidas buscam, além de melhorar a finura, o comprimento e a uniformidade do algodão, inovar as cores e propiciar um alto rendimento médio dessa cultura para a agricultura familiar. Assim, muitos pesquisadores apostam ser esse tipo de produção do algodão uma boa alternativa de renda em que predomina a agricultura familiar.

Seguiremos com o objetivo de desvendar o processo produtivo do algodão colorido criado pela Embrapa, a partir da inserção da cientificidade em sua fibra, até chegar à cooperativa de exportação, também localizada em Campina Grande, que

distribui o fio e o tecido e que trabalha com o algodão colorido orgânico: a Coopnatural⁸.

2.1 A Inserção da Cientificidade na Cultura do Algodão

Ao contrário do que muitos pensam, o algodão colorido não é uma criação que remeta ao século passado, a partir de processos de cruzamentos realizados pela engenharia genética. As variedades de algodão naturalmente colorido foram criadas e desenvolvidas pelas antigas sociedades indígenas e camponesas da América Central e da América do Sul, a exemplo de Peru, México e Guatemala as quais domesticaram essas fibras a partir do processo de seleção.

O algodão de fibra de cor (verde, amarelo, cinza, bege, creme e outros) existe há milhares de anos, sendo tão antigo quanto o branco, o de cor na realidade é o dominante do ponto de vista genético, sendo o branco o recessivo, ou seja caso não fosse a intervenção do homem, hoje teríamos somente algodão de fibra colorida e o branco seria a grande minoria em locais isolados e longe dos tipos de fibras de cor. Na verdade o algodão de fibra de cor foi desenvolvido pelos povos antigos tais como os Astecas e os Incas há mais de 4.500 anos e por outros povos da Ásia e África, quando observaram a variabilidade existente na natureza e realizaram o melhoramento genético, chegando a usar as fibras de cor, em especial a marrom, a mais comum delas, e presentes em diversas espécies de algodão. (BELTRÃO & CARVALHO, 2004, p. 9)

As comunidades utilizavam essas fibras de algodão naturalmente colorido para a fabricação de suas próprias vestimentas, do seu artesanato ou até mesmo como remédio medicinal, ou seja, o algodão colorido, nessa época, apresentava um valor de uso, compatível com o momento em que sua utilização visava a atender as necessidades de consumo do próprio grupo.

Parafraseando Moreira (2007), a forma societária dos homens determinava um modo de vida que pouco se distinguia das características e elementos do meio natural que o cercavam. Este seria o primeiro período da divisão apresentada por Santos (2006a), das fases da história do meio geográfico. Para o referido autor, a história do meio geográfico divide-se em três fases: meio natural, meio técnico e meio técnico-

⁸ Sabe-se da existência de fábricas que utilizam o algodão colorido, como a Kairós em Santa Rita e a Entre Fios e a Casulo também em Campina Grande. No entanto, para este trabalho, optamos por analisar a produção e circulação da Coopnatural.

científico-informacional, sendo que sua distinção vai-se dar pelo nível de utilização e dos meios técnicos.

Para a periodização desses meios, o referido autor afirma que

Quando tudo era meio natural, o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base material da existência do grupo. (MOREIRA, 2007, p.157)

Isso equivale a dizer que a sociedade era criadora da técnica utilizada, a partir do que a natureza tinha a lhe oferecer. E com base nesse modo de vida das sociedades de coletores, agricultores e criadores dos primórdios da civilização (MOREIRA, 2007), as sociedades que se utilizavam do algodão colorido desenvolviam suas atividades de produção em uma harmonia socioespacial estabelecida (SANTOS, 2006a).

A técnica é entendida por Santos (2006a) como um meio de produção do espaço geográfico pelo qual o homem consegue modificar a natureza. O autor afirma que a técnica é um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Mas a técnica deve ser entendida como a própria ação, não se tratando, apenas, de considerar as chamadas técnicas da produção, isto é, a técnica específica. Só o fenômeno técnico na sua total abrangência permite alcançar a noção de espaço geográfico. (SANTOS 2006a).

No primeiro período, as técnicas foram empregadas de modo a atender as necessidades de uma sociedade local. Assim, as técnicas utilizadas eram criadas a partir das necessidades dessa mesma sociedade. Os sistemas técnicos, nessa fase, eram formados pelo que o autor denomina de objetos culturais e objetos naturais.

Quando o espaço se tornou mecanizado, ele passou a ser formado não apenas por esses objetos, mas também pelos objetos técnicos. Eram objetos concretos, que apresentavam um “uso possível”, correspondendo ao meio ou resultado entre os requisitos de uma atividade técnica. Tinha-se, então, o componente natural unido ao artificial (MOREIRA, 2007), pelo jogo da razão comercial em detrimento da razão da natureza. Os lugares se diferenciavam pela extensão e pela densidade da substituição dos objetos culturais e naturais por objetos técnicos.

No terceiro e último período, o meio foi transformado não somente por objetos artificiais, mas também pela informação, estando na base da produção, utilização e funcionamento do espaço: era a ciência aplicada ao processo produtivo. A partir daí, tivemos um espaço geográfico produzido com base na ciência, na tecnologia e na informação, que seguiu em direção a atender os interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política. Agora,

Rompem-se os equilíbrios preexistentes e novos equilíbrios mais fugazes se impõem: do ponto vista da quantidade e da qualidade da população e do emprego, dos capitais utilizados, das formas de organização das relações sociais etc. Consequência mais estritamente geográfica, diminui a arena da produção, enquanto a respectiva área se amplia. Restringe-se o espaço reservado ao processo direto da produção, enquanto se alarga o espaço das outras instâncias da produção, circulação, distribuição e consumo. (SANTOS, 2006a, p.161)

Trata-se de um novo arranjo nas diferenças que regem o funcionamento do espaço, fazendo florescer especializações produtivas, com os objetos técnicos subordinados à lógica global da produção, que faz com que o espaço funcione como uma unidade. Todos os espaços produtivos passam a ser espaços de produção e de consumo, sejam urbanos ou rurais.

Esse novo quadro de produção econômica faz com que os espaços se tornem cada vez mais interligados, consequência da subordinação da lógica global da produção. Nesse sentido, são redefinidas as relações cidade-campo, hoje atreladas à superposição das formas, entendida aqui não como uma anulando a outra, mas agindo em parceria.

A idéia da superação dessa relação, a partir das relações de produção, é trabalhada por Lefebvre (2001). Para o autor, não há uma neutralização recíproca e sim um deslocamento da oposição e do conflito, atuando agora este último entre a vida urbana e a rural e não mais entre a cidade e o campo.

O autor baseia-se na hipótese da sociedade urbana. Para ele, a sociedade urbana nasce com o desenvolvimento da industrialização, tratando-se de uma sociedade virtual, inacabada, ou seja, que ainda se encontra em processo de formação. Esse processo de industrialização e a formação da sociedade urbana irão levar à expansão do tecido urbano, fazendo com que a sociedade e a vida urbana penetrem no campo. Para Lefebvre (2001),

O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. (LEFEBVRE, 2004, p. 17)

A esse processo de ampla urbanização, que atingiu o campo e todo o espaço nacional brasileiro, dentro de uma lógica urbano-industrial integrada por condições gerais de produção equivalentes e por um consumo coletivo de base industrial, Monte-Mór (2007) chama de urbanização extensiva, em que o meio urbano deixa de ser o espaço da cidade para se transformar no espaço social total. Isso nos mostra um mundo urbano que penetra cada vez mais no campo, modificando os costumes da vida rural e dinamizando a relação entre esses dois espaços.

Essa expansão do modo de viver do urbano até os campos de produção foi decorrência, então, não apenas do avanço do meio técnico-científico-informacional – que mudou toda base de relação da produção, que surgiu, como vimos anteriormente, a partir da transformação do meio por objetos artificiais, pela informação e pela entrada da ciência ao processo produtivo – mas também do avanço do tecido urbano, com a consequente ampliação da divisão técnica e social do trabalho, acabando por provocar mudanças profundas nas relações.

O avanço do meio técnico-científico-informacional levou à reestruturação produtiva dos setores econômicos, demarcada pela transição do regime de acumulação fordista para o flexível. Segundo Whitacker (2010)

O termo reestruturação vem sendo aplicado há vários anos para retratar momentos do processo de produção hegemônico [capitalismo], em seu sentido mais amplo, que congrega tanto a produção em si, quanto o consumo e a reprodução, que sejam marcados por rupturas, por mudanças profundas e pela constituição de paradigmas postos à análise científica. [...] Trata-se de processos que identificamos com a tensa e complexa coexistência do sistema fordista de produção com o regime de acumulação flexível. (WHITACKER, 2010)

A reorganização do regime de acumulação, ou seja, a reestruturação econômica acompanhada da reestruturação produtiva, acarretou a reestruturação da agropecuária, implementando um novo modelo técnico, econômico e social na produção desses setores. Com o modo flexível de acumulação e produção houve uma intensificação de produtos ofertados pelas indústrias, diversificando as oportunidades de consumo.

Desse modo, surgiu a possibilidade da formação de setores têxteis e confecções que atendam as necessidades de roupas dos mais diversos e diferentes nichos de mercado (FARIAS, 2010).

No nosso entendimento, esse conjunto de eventos que marca a passagem do fordismo/keynesianismo para a acumulação flexível/neoliberalismo é cheio de possibilidades para a transformação do algodão colorido e de seus manufaturados em mercadorias com valores de troca [...] (FARIAS, 2010, p. 110)

Sabe-se que as novas dinâmicas dos espaços agrícolas ocorreram a partir de uma flexibilização do trabalho no campo, que atingiu tanto a base técnica quanto a econômica e social do referido setor, acelerando, dessa forma, um processo de reorganização e adquirindo capacidade de propagação dos capitais industriais e financeiros. Isso porque o campo apareceu como suscetível à introdução do capital tecnológico, já que em seu espaço não estava contida uma grande quantidade de rugosidades, o que facilitou a instalação de fixos em seu espaço e uma propagação do meio técnico-científico-informacional, (SANTOS, 2006b). O campo despontou na fase atual da globalização da economia como nova possibilidade para a acumulação ampliada do capital. Ocorreu, assim, uma significativa mudança quanto à produção agrícola, que passou a ter uma referência planetária, recebendo influência das mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica (SANTOS, 2006b).

Como afirma Santos (2006b),

Os últimos séculos marcam, para a atividade agrícola, com a humanização e a mecanização do espaço geográfico, uma considerável mudança de qualidade, chegando-se recentemente, à constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico-científico-informacional, característico não apenas da vida urbana, mas também do mundo rural, tanto nos países avançados como nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres. É desse modo que se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações. (SANTOS, 2006a, p. 88)

Cada vez mais integrada ao circuito da economia urbana, a agricultura científica impôs novas relações entre a cidade e o campo. A produção agrícola passou a atender uma demanda de mercado consumidor industrial. O campo, nesse momento, absorveu grande número de máquinas, insumos químicos e biotecnológicos, fornecidos pela

atividade industrial. Dessa maneira, alterou-se a relação cidade-campo, desencadeada pelas necessidades do consumo produtivo agrícola que, com esse quadro, tem crescido mais rapidamente do que o consumo consumptivo. De acordo com Elias (2003),

[...] uma das principais orientações da pesquisa tecnológica na agricultura teve como intuito a produção de insumos artificiais, fabricados em escala industrial, capazes de substituir parte dos insumos naturais e, assim, ter maior controle sobre o ciclo biológico das plantas e dos animais, deixando-o um pouco menos vulnerável e, em consequência, capaz de responder mais positivamente às novas formas de produção, distribuição e consumo. (ELIAS, 2003, p. 61)

Essa modernização, portanto, significou uma transformação da base técnica de produção, fazendo a agricultura depender cada vez mais de compras industriais e de serviços técnicos e financeiros para a produção de suas mercadorias, tornando-se um mercado de meios de produção industriais.

Diminuiu a dependência do setor agrícola em relação aos fatores naturais, possibilitando ainda mais a entrada deste ramo no mercado global. Por sua vez, essa inserção, cada vez mais forte, ligada à expansão do capitalismo no campo, introduziu atividades industriais direcionadas ao desenvolvimento da agropecuária, as agroindústrias.

A indústria e a vida urbana tornaram-se o novo centro da economia, impondo suas demandas ao setor agrícola. A organização de atividades agrícolas integradas às indústrias fez surgir os complexos agroindustriais (CAIs), que, no dizer de Elias (2003),

seriam compostos pelos diversos setores industriais que se desenvolvem atrelados à agricultura moderna, tanto os que produzem insumos e bens de capital para a mudança de sua base técnica (fertilizantes, adubos, tratores, sementes, etc.), quanto o de processadores dos produtos agropecuários. (ELIAS, 2003, p. 170)

Na palavras de Marafon (2009), a formação desses complexos agroindustriais transformou a produção agrícola em agronegócio, tendo sido incorporado ao processo produtivo tratores, colheitadeiras, produtos químicos e sementes selecionadas. Dessa maneira, a produção agrícola passou a atender uma demanda de caráter urbano-industrial.

Apesar da inclusão da cientificidade e da tecnologia na agricultura ter acarretado grandes mudanças no espaço rural brasileiro, desde profundas alterações na divisão do trabalho, na produção e no consumo, ela não trouxe uma mudança homogênea, pois se inseriu de forma desigual no território do Brasil. Por conta disso, podemos falar em modernização da agricultura no território brasileiro, somente para alguns setores como o da produção da soja, da laranja, da cana, entre outros produtos, não correspondendo pois, a toda a produção agropecuária brasileira.

Graziano da Silva (1996), ao estudar a transição do complexo rural brasileiro aos complexos agroindustriais (CAIs), mostra que, no Brasil, a modernização agrícola deu-se de forma diferenciada. Em lugares que dispunham de excedente, de base capitalista mais avançada, onde se destacou o surto da industrialização brasileira, essa modernização sobreveio de forma mais intensa, como aponta:

A divisão regional do trabalho, que se estabelece a partir do momento em que São Paulo se consolida como núcleo dinâmico do processo de industrialização, implica a definição de uma “periferia” que se explica basicamente em função de seu “atraso histórico” em relação ao pólo dinâmico, até que se altere o padrão da acumulação (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 9)

E segue:

[...] dada a desigualdade na origem (pelo maior avanço do complexo cafeeiro paulista), as regiões periféricas – basicamente Norte e Nordeste, Minas Gerais e parte do Centro-oeste, não conseguem atingir o grau de modernização da agricultura paulista ou sulina. Apesar do ritmo acelerado de incorporação do progresso técnico, tais regiões não elevam proporcionalmente os níveis de produtividade, alargando as disparidades regionais. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.10)

Apesar do histórico da desigualdade regional, graças ao avanço do meio técnico-científico-informacional, todas as regiões passaram a se integrar no que diz respeito à produção, como aponta Elias (2003):

o desenvolvimento de novas tecnologias e a expansão do meio técnico-científico-informacional possibilitaram a dispersão espacial da produção, redefinindo os padrões locais das indústrias, que passaram também a ocupar a periferia do território nos países subdesenvolvidos (ELIAS, 2003, p.114).

O avanço desse meio levou à reestruturação produtiva vários setores da economia, conforme visto anteriormente, chegando à reestruturação da agropecuária. Isto é, as relações que se estabelecem no setor agropecuário bem como os fixos instalados no setor foram reestruturados com a introdução da ciência, da tecnologia e da informação.

Retomando Elias (2003), os vultosos investimentos públicos e privados, para o financiamento da modernização agrícola, foram determinantes para esse processo de inovações vindas de fora da região e mesmo do país.

Um dos órgãos estatais criados para financiar pesquisas direcionadas ao desenvolvimento da atividade agrícola foi o Centro Nacional de Pesquisa do Algodão, inserido na Embrapa Algodão, que tem como finalidades: gerar e transferir tecnologias de baixo impacto ambiental; desenvolver cultivares de algodão resistentes a doenças e adaptadas às condições do cerrado brasileiro; desenvolver cultivares de algodão adaptadas ao cultivo na região semiárida; desenvolver cultivares de amendoim, gergelim e mamona adaptadas ao cultivo do Nordeste; fortalecer a agricultura familiar e o agronegócio; descobrir novas aplicações para produtos estudados e integrar a agricultura à indústria e ao consumidor.⁹

Essa reestruturação alcançou o cultivo do algodão. No Centro-Sul do país encontram-se os maiores produtores de algodão, com cultura altamente tecnificada. A difusão, então, do conjunto de inovações da atividade agropecuária alcançou por completo a cultura do algodão no Centro-Sul do país, quando, na década de 90, a Embrapa Algodão passou a promover pesquisas objetivando o desenvolvimento de cultivares de algodão adaptáveis às condições do cerrado brasileiro. Em outras palavras, foram adotadas medidas como de correção do solo, grande emprego de máquinas, utilização de insumos químicos, aumentando a dependência do cultivo do algodão ao processo científico e técnico de base industrial.

O algodão plantado no Mato Grosso teve destaque a partir de 1995, após a crise do Bicudo ter-se alastrado na plantação de algodão em todo o Brasil, principalmente na região Nordeste. Souza (2009), ao estudar a produção do algodão no Mato Grosso, destaca:

⁹ Site da Embrapa, acessado em 26/06/2011.

O novo perfil da cultura é caracterizado pelas grandes plantações, com áreas que se estendem de 100 a 3000 mil hectares, alta mecanização, com adubação pesada, uso de herbicidas, fungicidas, inseticidas e reguladores de crescimento e descaroçamento feito na própria propriedade, permitindo ao produtor a venda direta às indústrias têxteis. (SOUZA, 2009, p. 18)

Com a alta inserção da tecnologia na plantação, o cultivo passou da pequena para a grande propriedade, O referido autor aponta para as redes técnico-produtivas do algodão no Mato Grosso, afirmando que são reflexos da transformação por que passou a agricultura brasileira:

Todo esse conjunto de transformações acontecidas na agricultura brasileira com destaque para a cotonicultura de Mato Grosso, foram às responsáveis pelas recentes mudanças ocorridas no mercado nacional de algodão seus impactos se mostram na dificuldade de pequenos investimentos e pequenos produtores de se adequarem a este tipo de produção o território se articula em rede a novos circuitos espaciais de produção exigindo novos círculos de cooperação, novas redes se formam, o trabalhador utilizado para a lavoura deve ser especializado e qualificado no uso de maquinário de adubação e colheita, numa nova divisão territorial do trabalho as etapas de beneficiamento das plumas e descaroçamento feito nas próprias fazendas. (SOUZA, 2009, p.19)

Entretanto, de maneira tímida, se comparada às agroindústrias brasileiras, essa modernização alcançou os espaços produtivos do algodão colorido, cujo cultivo da fibra não se dá em grande escala, pois está direcionado a um mercado consumidor restrito, pois é realizado em pequenas propriedades, fortalecendo o regime familiar.

2.2 O algodão colorido no Nordeste brasileiro

Com a maior flexibilização do mercado, surgiu o interesse de agentes capitalistas na produção do algodão colorido, como aponta Farias (2010)

[...] o algodão colorido começou a despertar os interesses de agentes capitalistas da agricultura, indústria de têxteis e confecções e do comércio, inclusive de atores hegemônicos globalizados, como a Monsanto e a Wall-Mart, levando algumas empresas de pesquisa agropecuária, privadas ou públicas, a desenvolverem trabalhos de melhoramento genético ou de criação de variedades desse algodão para fins comerciais, como são exemplos os casos da EMBRAPA e dos laboratórios de pesquisa da Monsanto. (FARIAS, 2010, p. 69)

O que antes era produzido para fins de consumo nas antigas sociedades, visando a atender as necessidades dessa sociedade local e apresentando valor de uso, hoje se converte em valor de troca, à medida que se transforma em mercadoria para se adequar às necessidades de consumo de uma sociedade capitalista e globalizada.

Com o intuito de atender as indústrias têxteis modernas, foram lançadas pela Embrapa Algodão as fibras de algodão colorido. Como as fibras existentes eram curtas e fracas, não atendendo a demanda das indústrias modernas, deparou-se com a necessidade ou interesse de se criarem novas fibras que pudessem passar por esse processo, sendo as coloridas inovadoras nesse tipo de mercado.

A criação da Embrapa, no início da década de 70, foi resultado da política de modernização agrícola que entrou em vigor nos anos 60, quando o panorama marcava um debate em torno da necessidade de um novo modelo de desenvolvimento econômico, devido ao esgotamento do chamado modelo de substituição de importações. Dessa forma, a Embrapa surgiu como uma exigência de mudanças no meio rural direcionadas à modernização.

Na Embrapa Algodão, criada em 1975, localizada na cidade de Campina Grande-PB, funciona o Centro Nacional de Pesquisa do Algodão¹⁰ (CNPA) que, nos dias atuais, está direcionado, além dos cultivos de algodão e sistemas de produção, ao desenvolvimento de pesquisas nas áreas de controle biológico, biotecnologia, mecanização agrícola e qualidade de fibras e fios de algodão. De acordo com a análise do IV Plano Diretor da Embrapa Algodão, o sistema de produção de algodoeiro apresenta como principais tecnologias: colheita mecanizada; controle de plantas invasoras; manejo de água e irrigação; manejo integrado de pragas e doenças; controle biológico de pragas; manejo, conservação do solo e adubação; semeadura, espaçamento e configuração de plantio.

Não só a ciência, mas também a tecnologia e a informação, estão contidas na criação dessa semente, que faz com que o algodão já nasça colorido, a partir de

¹⁰ O CNPA (Centro Nacional de Pesquisa de Algodão) é dotado de vários campos experimentais: Patos, na Paraíba (com cultivos de algodão, gergelim e amendoim e pesquisas com fruticultura irrigada, com destaque para manga, caju, goiaba, banana, açafraão e uva); Barbalha e Missão Velha, no Ceará (onde são realizados estudos com gergelim, algodão, amendoim e mamona), Barreiras e Irecê, na Bahia; Primavera do Leste, no Mato Grosso (algodão) e Santa Helena, em Goiás.

pesquisas e experimentos. Tais pesquisas são desenvolvidas por engenheiros agrônomos que trabalham com o Melhoramento Convencional, ou seja, o cruzamento entre o próprio algodão, o branco, que possui uma fibra mais resistente, com o outro que apresenta alguma coloração, mas tem a fibra fraca. Essas fibras com coloração, utilizadas para o processo de melhoramento, são fibras nativas, não só do Brasil como de outros países e já apresentam uma coloração marrom ou esverdeada, sendo, porém curtas, o que dificulta o processo de fiação¹¹.

No Brasil, foram coletadas plantas de algodoeiros asselvajados, nas tonalidades creme e marrom, em misturas com algodoeiros brancos cultivados, das espécies *G. barbadense* L. e *G. hirsutum* L. raça marie galante Hutch, conhecidos como algodões arbóreos. Estes algodões coloridos, sempre foram considerados como misturas indesejáveis pelos industriais, tendo uso apenas artesanal ou ornamental, principalmente nos Estados da Bahia e Minas Gerais. Estes algodoeiros foram preservados em bancos de germoplasma da Embrapa Algodão, em Patos, PB, desde 1984. A partir de 1989, foi iniciado o trabalho de melhoramento genético, após uma visita de empresários têxteis japoneses, que demonstraram interesse em adquirir este tipo de fibra. (Embrapa, 2000)

Esse processo de melhoramento da fibra do algodão dura entre sete a nove anos, sendo realizado com várias cores concomitantemente. A primeira coloração resultante foi lançada em 2000, a BRS 200 marrom, a partir do cruzamento natural entre o algodão *mustelinum nativo* do Nordeste, que produz pluma marrom, com o algodão *mocó*, de fibra branca, mais resistente, originário do Caribe, mas também anteriormente produzido no Nordeste brasileiro. Em 2002 foi lançada a BRS verde, oriunda do cruzamento entre CNPA 7H, herbácea de fibra branca, e a *Arkansas Green*. Posteriormente, em 2005, a Embrapa criou a BRS safira, de coloração vermelha e a BRS rubi. A última, lançada em 2010, foi a topázio. Todas com fibras de alta resistência, podem servir às indústrias modernas. Em muitos casos, sua produção é livre de fertilizantes, pesticidas e herbicidas químicos, o que eleva o preço do produto. Criadas as sementes, essas são vendidas para as cooperativas, que repassam para os agricultores¹².

Com a disseminação da praga do Bicudo, anteriormente citada, nas lavouras do algodão arbóreo, a Embrapa investiu em pesquisas para o combate da praga, além de

¹¹ As cores existentes nativas de algodão colorido são a verde e as várias tonalidades do marrom. Caso haja necessidade de outras cores, será necessário optar por inovações biotecnológicas.

¹² Informações coletadas durante entrevista na Embrapa Algodão.

iniciar estudos sobre cultivos de novas espécies de algodão precoce, acrescentando, às suas investigações, diferentes alternativas de cultura, como o amendoim, a mamona, o gergelim e o sisal. São produtos trabalhados em diversos locais do Brasil e sua produção varia de acordo com a demanda. Esses resultados são possíveis, graças ao avanço de pesquisas que adaptam os cultivos às mais diversas condições climáticas. É assim que a Embrapa Algodão, a partir da ampliação de suas áreas de pesquisa (incluindo entre os novos projetos o controle biológico e a biotecnologia, a mecanização agrícola, a qualidade de fibras e fios de algodão, a tecnologia de alimentos e a produção de biodiesel de mamona) e da disponibilização de diversos serviços (consultoria, assessoria, treinamento e análises laboratoriais) contribui para o desenvolvimento de regiões como o semiárido.

A cultura do algodão colorido destaca-se como uma das mais inovadoras do Nordeste. Ao contrário dos produtos que precisam de grande extensão de terra para o seu cultivo, a produção do algodão colorido dá-se em áreas que já tem uma história incorporada de plantação de algodão, em áreas onde predomina a agricultura familiar e onde ainda permanecem formas tradicionais de produção. O algodão é todo colhido à mão, o que garante ocupação para os trabalhadores rurais dessa região. Além disso, o custo da produção é baixíssimo, se comparado com outras áreas de produção do Brasil, já que a maioria dos produtores não utiliza insumos químicos.

A mesorregião do Sertão¹³ é a maior produtora de algodão colorido na Paraíba, sendo o município de Patos o pioneiro desse processo. No estado existem em média 400 hectares plantados de algodão colorido, isso porque esse tipo de cultura não interessa aos latifundiários, uma vez além de não haver demanda para grandes quantidades de produção, requer elevado número de mão de obra. Em entrevista, um dos pesquisadores da Embrapa Algodão explica porque o algodão colorido tem sido cultivado na Paraíba:

Então por isso que deu certo aqui na Paraíba, porque a área de plantio não é tão grande assim. Porque se, imagine, o pessoal lá no Centro-Oeste, que planta áreas enormes, se plantasse o algodão colorido esse algodão ia ficar todo estocado, não ia vender. Não tem demanda por essa fibra. Tem demanda, vamos supor, se você imaginar o comércio de algodão como cem, o algodão colorido seria meio por cento do tanto de algodão que tem. Mas também não pode passar disso porque as indústrias normais, que trabalham com o algodão branco, precisam de muita quantidade de algodão e não querem o algodão colorido. E o

¹³ Mesoregião da Paraíba que apresenta temperaturas elevadas e duas estações definidas: seca e chuvosa. (IBGE)

algodão colorido também só pode fazer aquelas cores que tem, com o branco eles tingem né, fazem vários tipos de colorações. (Entrevista concedida em 28/09/2010)

Ora, como a demanda por esse produto não é a mesma em relação ao convencional, não é preciso grande área para plantá-lo. Além disso, esse algodão já nasce colorido, evitando a fase de tingimento realizado pelas indústrias o que traz como consequência, a poluição de mananciais.

Em relação ao algodão produzido em grande escala no Centro-Oeste do país, Freitas & Lima (2005) expressam que

O produtor de algodão [...] apresenta perfil empresarial, com área cultivada média superior a 500 ha; utiliza técnicas agrônomicas e insumos modernos; pratica mecanização total da lavoura e processa sua produção em algodoiras próprias ou arrendadas, eliminando etapas de intermediação ao comercializar diretamente junto às indústrias têxteis; apresenta alto nível de organização exercitada, nas fases de geração e transferência de tecnologia, aquisição de insumos e serviços e comercialização interna ou através dos consórcios exportadores. (FREITAS E LIMA, 2005)

Como veremos a seguir, esse tipo de cultivo se dá de maneira diferente do algodão colorido, produzido no semiárido nordestino. Aqui o cultivo é realizado por pequenos agricultores, que empregam, em grande maioria, da mão de obra familiar, com pouca utilização de mecanização na lavoura e em um número menor de hectares.

2.3 Plantio e colheita do algodão colorido.

Conforme já explicitado, após a criação das sementes do algodão colorido, a Embrapa Algodão, vende-as a cooperativas que as distribuem aos agricultores. Esse algodão, então, é cultivado das mais diversas formas.

De acordo com Farias (2010), no sistema de sequeiro, o solo é cortado após a precipitação das primeiras chuvas e, depois, é semeado com o algodão de cor. Nesse tipo de sistema as condições naturais são determinantes. Já o sistema irrigado, que obtém ajuda de aparatos tecnológicos, é mais flexível. Eis o que esclarece o supracitado autor:

o solo da área a ser cultivada é molhado através do método de irrigação por aspersão e depois é arado. Após essa primeira aração, o solo é mais uma vez molhado e cortado para, finalmente, ser semeado com algodão. (FARIAS, 2010, p. 232)

A semeadura é feita manualmente, ou através do uso da máquina manual de semear. Segundo Farias (2010), o uso de instrumento mecânico é possível em área usada em sistema de rotação de cultura, pois não há o risco de danificar outra cultura.

No município de Patos, situado no Sertão paraibano, localiza-se o campo experimental da empresa. Nessa cidade encontra-se atualmente a CAMPAL (Cooperativa de Produtores de Algodão), responsável por organizar toda a produção do algodão colorido da região. É estabelecido um contrato entre a cooperativa e os agricultores, no qual ela determina o preço que irão cobrar na hora da compra do algodão. Colhidos, eles retornam à cooperativa, onde serão beneficiados e repassados para as indústrias de fiação.

Muito embora a região do Sertão seja a de maior expressão na produção do algodão colorido, outras também têm importante destaque no estado, como a mesorregião do Agreste Paraibano. Nessa região a produção diferencia-se por não haver uma cooperativa agrícola responsável pela organização. As cooperativas existentes estão ligadas aos produtos finais: fiação, tecelagem, confecção e comercialização das roupas e acessórios gerados a partir do algodão colorido.

Devido à consolidação do mercado do algodão colorido, muitas empresas têm procurado essa matéria-prima para a fabricação não apenas de vestuário como também de peças para decoração. A fim de acrescer mais valor a sua mercadoria, tem-se trabalhado cada vez mais com o algodão orgânico.

Em levantamento de trabalho de campo, foram identificados 14 municípios que apresentam a produção do algodão colorido ligados a uma dessas cooperativas, a Coopnatural. Nesse caso, há a produção do algodão orgânico, cultivo que se dá sem a utilização de fertilizantes, pesticidas e herbicidas químicos, enquanto outros produtores optam pelo algodão convencional.

Como os problemas ambientais mais relevantes na indústria têxtil de algodão estão na produção rural (grandes quantidades de agrotóxicos usados no cultivo da fibra)

e no acabamento dos tecidos (substâncias tóxicas usadas para alvejar e tingir) (SOUZA, 1999), surgiu, na década de 70, o interesse por parte das indústrias têxteis pela fibra natural, com o enfoque de moda ecológica.

Segundo Farias (2010), a crescente procura por roupas orgânicas, percebida (pelos produtores de confecções) nas feiras de roupas, levou-os a procurar anexar o selo de produto orgânico às suas peças. A Coopnatural, buscando agregar valor orgânico às suas peças iniciou o desenvolvimento do cultivo do algodão orgânico, há três anos, na fazenda da presidente da cooperativa, localizada no município de Bom Sucesso, no Sertão da Paraíba.

A agricultura orgânica tem como base o uso de esterco animais, rotação de culturas, adubação verde e controle biológico de pragas. Uma das suas vantagens é afastar o agricultor da dependência da compra de produtos químicos, fazendo-o buscar recursos dentro da sua própria propriedade. De acordo com Altieri (2002) (apud CAMPOS & TSUKAMOTO, 2003) o método de produção orgânica é

[...] uma combinação de técnicas de produção tradicional com tecnologias modernas [...] sementes certificadas, adotam práticas de conservação do solo e da água e as mais recentes inovações na alimentação e manejo animal. (ALTIERI (2002) (apud CAMPOS E TSUKAMOTO, 2003, p. 30)

Dessa forma, o cultivo do algodão orgânico realiza-se dentro de um sistema que fomenta a atividade biológica, estimula a sustentabilidade e exige um manejo diferente do sistema de produção convencional (SOUZA, 2000). E, para ser considerado como orgânico, toda a cadeia produtiva passa por uma inspeção e certificação. A autora afirma ainda que a iniciativa de produzir tecido orgânico e colorido no Brasil foi de uma empresa de tecidos artesanais de São Paulo que já trabalhava com algodão orgânico.

Como a cooperativa pesquisada trabalha com o algodão orgânico, toda a cadeia produtiva do algodão colorido que será descrita no presente trabalho é inspecionada pelo IBD (Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural), que garante o selo de orgânico a toda a produção da cooperativa. A certificação é paga pela cooperativa e a inspeção ocorre desde a produção do algodão até o processo da transformação da matéria-prima nas respectivas mercadorias, realizada funcionários do instituto, o que será tratado na terceira parte deste trabalho. Segundo Souza (1999),

As práticas culturais recomendadas são a rotação de culturas, uso de adubo orgânico e composto, que pode ser produzido no próprio local, capina manual e mecânica, insetos benéficos, armadilhas para controle de pragas e métodos naturais para desfolhar a cultura. (SOUZA, 1999, p. 85)

Junto às pesquisas da Embrapa Algodão estão presentes técnicas para essa produção orgânica, que são levadas ao agricultor para o desenvolvimento da sua produção. Os experimentos dão-se justamente com base na troca de conhecimentos e da vivência do campo com a tecnologia da empresa.

Entre as técnicas levadas ao agricultor, observadas em trabalho de campo, destacam-se as diferentes maneiras de combate às pragas, realizadas através de rotação de culturas. Os agricultores adotam o consórcio do algodão com outras plantas, como, por exemplo, o cultivo do coentro cuja folha atrai a joaninha que come uma das plantas invasoras do cultivo do algodão: o pulgão.

Outro beneficiamento dos consórcios de cultivo é o melhoramento no crescimento do algodão. Junto ao coentro, utilizam-se a batata doce, o feijão, o gergelim, o amendoim, a mandioca, entre outros que, além de favorecer o crescimento do algodão, contribuem para a obtenção de uma renda ou mesmo para a subsistência.

Em um dos campos visitados, a comunidade Poço do Gado, localizada no município de Arara¹⁴, um agricultor relatou que já utilizava o consórcio com o feijão, mas de uma maneira diferente. Quando o feijão já estava amadurecendo, plantava o algodão. Hoje, o consórcio é realizado concomitantemente e não apenas com o feijão, mas também com outros produtos como o milho. Essa alteração foi necessária, porque, como o feijão absorve muita água, esse consórcio acaba não sendo tão eficiente como outros, a exemplo do gergelim.

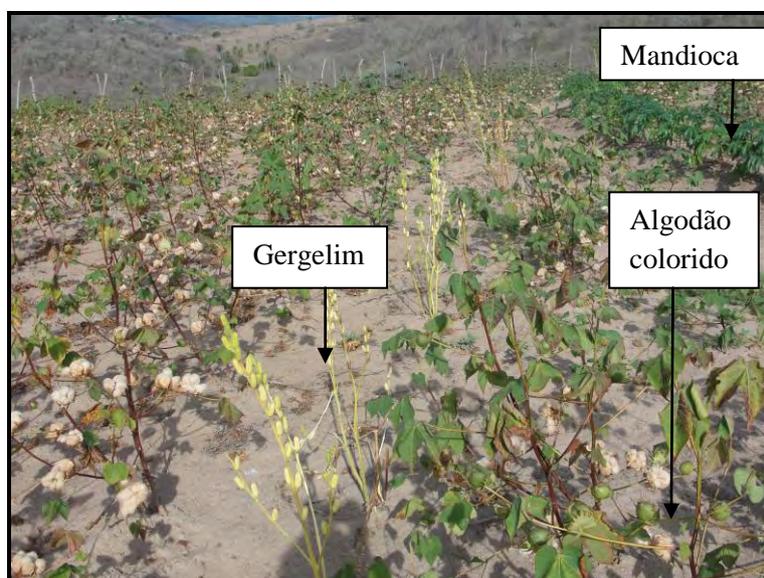
Na comunidade Poço do Gado o sistema de cultivo é o sistema de sequeiro, isto é, depende dos dias chuvosos para irrigar a plantação. Tanto o processo de semeadura como o da colheita são realizados a mão¹⁵. A comunidade começou a plantar o algodão colorido em 2009 e a Embrapa forneceu 7 kg de semente para cada produtor, servindo

¹⁴ Ver mapa 1.

¹⁵ A comunidade serviu para a experiência do plantio da variação topázio. Nesse caso, a apanha foi realizada pela colheitadeira, para que não houvesse perigo de outros agricultores (exceto aqueles para os quais foram cedidas as sementes) terem acesso à colheita.

de experimento para o cultivo da nova variedade, o algodão colorido de fibra topázio. A figura 10 mostra a plantação da variedade topázio na referida comunidade.

Figura 10: Plantação de algodão colorido em consórcio com gergelim e mandioca.



Fonte: Trabalho de campo 2010. **Foto:** Rafaela Silva.

Podemos perceber que a Embrapa Algodão utiliza-se de experimentos tanto para o combate a pragas como para a diversidade na forma de cultivo. Alguns dos produtos cultivados (gergelim, amendoim, trigo) no consórcio com o algodão são derivados de suas pesquisas, sendo as sementes cedidas ao agricultor. Em relação à vantagem dos consórcios, em entrevista a um dos agricultores, ele relata que

O consórcio com a cebolinha branca, complementa. Chega de outubro pra novembro. Aí tem o que vender. No meio do ano tem o feijão, o milho. No fim do ano tem o algodão e o consórcio. (Entrevista concedida em 27/10/10)

Além da técnica de consórcio, há um outro fator inovador na comunidade Poço do Gado, trazido pela empresa e implementado: é o cultivo em curvas de nível. Muitos agricultores ainda resistem, por estarem presos aos hábitos tradicionais.

Na figura 11, temos o plantio do algodão, variação topázio, em consórcio com o gergelim, cultivado em curvas de nível e protegido por uma barreira, feita de trigo, logo após a área de plantação do algodão, para impedir a infestação no cultivo por pragas.

Figura 11 – Plantação algodão colorido em curva de nível.



Fonte: Trabalho de campo, 2010. **Foto:** Rafaela Silva.

A imagem 11 mostra o algodão já em fase de colheita¹⁶. A maneira como a colheita é realizada também influencia na qualidade da fibra. Geralmente, na respectiva comunidade, para a colheita é utilizada mão de obra familiar.

No caso do algodão colorido orgânico, em especial do algodão cultivado para a Coopnatural, o beneficiamento/descaroçamento ocorre em uma das unidades de assentamento cooperado.

Ainda na comunidade supracitada, há resistência para o uso de novas técnicas no plantio do algodão. Alguns agricultores não se utilizam das técnicas de cultivo orientadas pela Embrapa. No caso das figuras 12 e 13, temos duas áreas de cultivo do algodão de fibra rubi. Na primeira, o algodão é plantado “diretamente no chão”, em consórcio com o milho e, na segunda, o algodão é plantado em curvas de nível, sem o uso de consórcios com outras plantas.

¹⁶ A colheita do plantio da foto 12 será realizada com a máquina da Embrapa, a colheitadeira, porque se trata de um plantio em experiência, o primeiro dessa variedade (topázio).

Figura 12 – Plantação algodão colorido direta no solo.



Fonte: trabalho de campo, 2010. **Foto:** Rafaela Silva.

Figura 13 – Plantação algodão colorido em curvas de nível sem consórcio.



Fonte: trabalho de campo, 2010. **Foto:** Rafaela Silva.

O cultivo, representado nas figuras 12 e 13, deu-se na mesma época do cultivo do algodão de coloração topázio, mostrado na figura 11. Nesta e na figura 12, o algodão

já está pronto para ser colhido. A figura 12 e a figura 13 ilustram a plantação do algodão de cor rubi, ambos plantados na mesma época¹⁷. Na figura 12, o algodão foi plantado diretamente no solo, em consórcio com o milho, e floresceu muito mais do que o algodão plantado em curvas de nível sem consórcio, como mostra a figura 13.

A figura 14 ilustra a altura do pé de algodão de coloração rubi, que foi plantado diretamente no chão, em consórcio com o milho.

Figura 14: Altura do pé de algodão de coloração rubi, na comunidade Poço do Gado.



Fonte: Trabalho de campo, 2010. **Foto:** Rafaela Silva.

A fase de beneficiamento/descaroçamento é um processo bastante delicado. Após a retirada da pluma, o caroço retorna para a área de cultivo. Se as máquinas não são bem limpas, antes da introdução de outro tipo de fibra, corre-se o risco de contaminação desta pela anterior. Caso ocorra junção de sementes com as que estão

¹⁷ Os cultivos começaram no início do mês de agosto e a colheita foi realizada no mês de outubro.

sendo beneficiadas, tem-se o risco de, durante o cultivo de determinada cor, outra se infiltrar no processo.

No caso da mistura da fibra do algodão branco e outra cor, como aquela é mais resistente, há o perigo de aparecer no cultivo da fibra colorida. Se isso acontece, os agricultores precisam recolher essas fibras na plantação, para que não se alastre, como mostram as figura 15 e 16.

Figura 15 – Algodão branco em meio à plantação do algodão de coloração rubi, na comunidade Poço do Gado.



Fonte: Trabalho de campo, 2010. **Foto:** Rafaela silva.

Como mostra a figura 16, a retirada do algodão branco dá-se desde a raiz, para que não haja perigo de contaminação do plantio.

Quando indagado sobre a renda obtida pelo cultivo do algodão, o agricultor se mostra satisfeito ao responder: “O algodão já tem um preço justo. Quando você colhe já sabe o preço¹⁸. Não vai passar por atravessador, vai direto pra empresa, aí é bom por isso”. Ou seja, a vantagem de trabalhar em uma cooperativa aparece, para o agricultor, na determinação do preço pela sua colheita, que já vai diretamente para o seu destino.

¹⁸ A pluma custa R\$ 5,00 e o caroço R\$ 0,50. (Dados de 03/07/2009). O caroço é vendido ou aproveitado como ração para o gado.

Figura 16: Agricultor recolhendo algodão de fibra branca da plantação do algodão de coloração rubi na comunidade Poço do Gado.

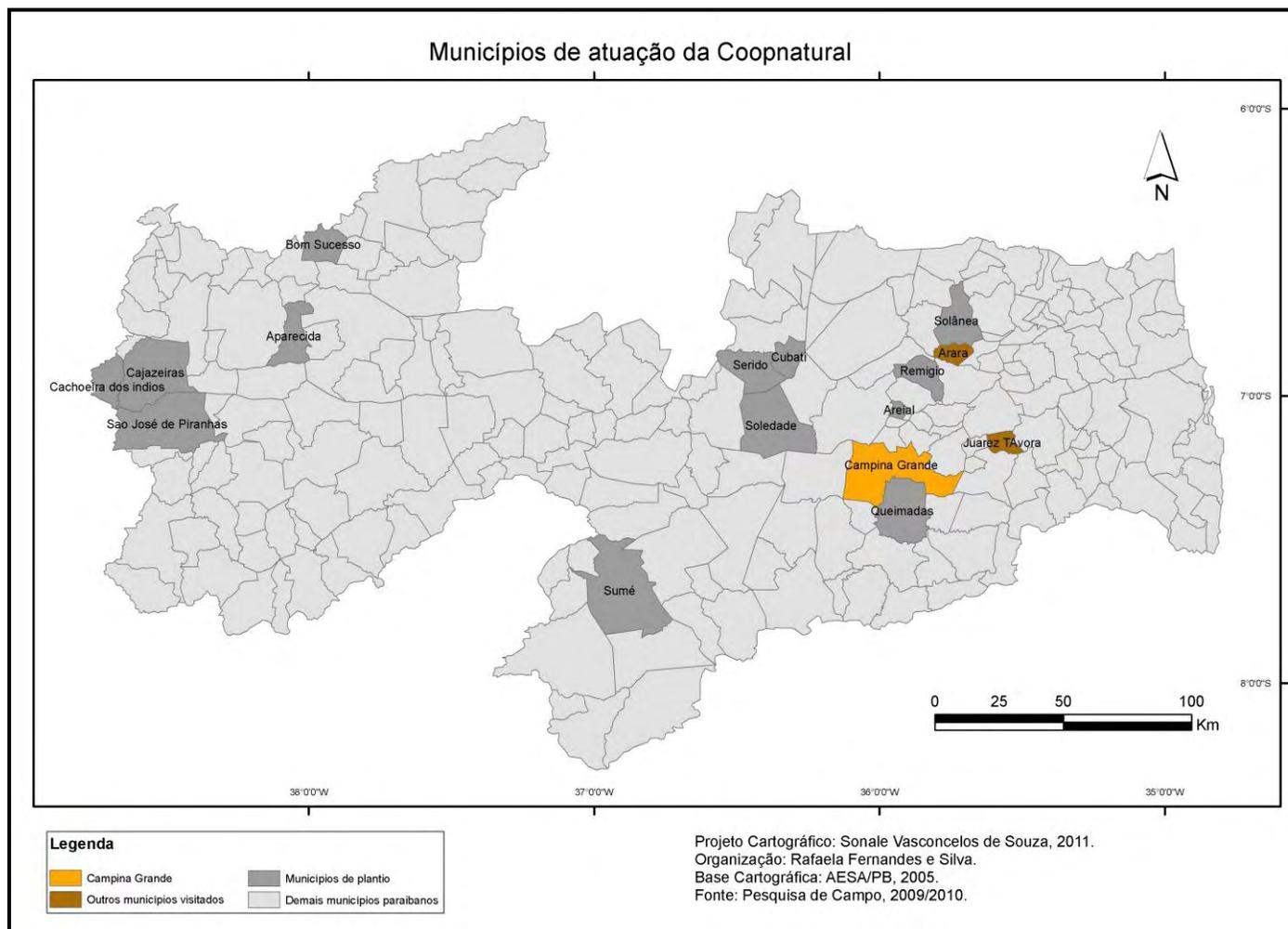


Fonte: Trabalho de campo, 2010. **Foto:** Rafaela Silva.

O levantamento das áreas de cultivo do algodão presentes na pesquisa foi definido a partir de informações obtidas na cooperativa de confecção e exportação do produto final, a Coopnatural que tem parceria com 14 unidades de plantio distribuídas na Paraíba.¹⁹ A partir desse levantamento foi elaborado o mapa dos municípios, localizados no estado da Paraíba, que operam junto à supracitada cooperativa, onde se dá a plantação do algodão orgânico de fibra colorida – com destaque para a cidade de Campina Grande – e os campos de cultivo onde foi realizada a pesquisa, como mostra o mapa 4.

¹⁹ A Coopnatural também compra algodão orgânico cultivado no Ceará. Mas, para o presente trabalho, tratamos apenas do cultivados na Paraíba.

Mapa 4- Municípios onde se encontra o cultivo do algodão colorido com a participação da Coopnatural.



A partir do mapa 4, podemos observar a distribuição do plantio do algodão colorido no território paraibano, sob a gestão da Coopnatural, sediada em Campina Grande, onde os produtos são distribuídos para serem comercializados. Os plantios estão divididos em 15 municípios, dos quais 2 foram visitados.

No município de Remígio o cultivo funciona dentro de uma área de assentamento: Queimadas. Este foi o pioneiro na relação da cooperativa e assentamento, destacando-se pelo cultivo da fibra BRS verde.

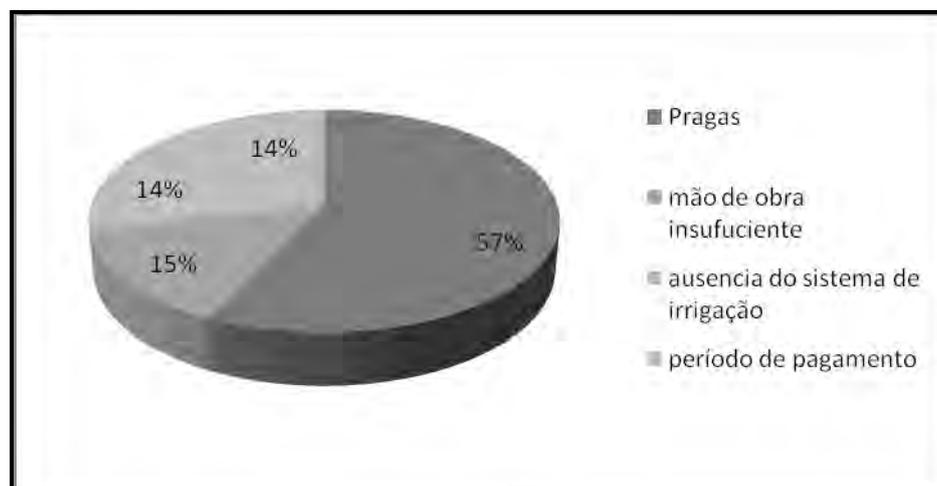
Já o assentamento Margarida Maria Alves, localizado no município de Juarez Távora, possui além da produção, uma área de beneficiamento/descaroçamento, que beneficia não apenas o algodão plantado no seu interior como nas demais localidades. O campo realizado neste assentamento se deu através do contato com os funcionários da EMATER de Juarez Távora. Em trabalho de campo foi constatado que neste assentamento estão presentes 36 (trinta e seis) famílias, das quais 17 (dezesete) trabalham com o algodão colorido. Em média, cada agricultor consegue 1.500 kg por hectare.

Em lugares onde o plantio se dá em área de plantio individual, uma das dificuldades encontradas, citada pelos agricultores, é a da colheita. Em algumas famílias, o número de integrantes é menor do que o necessário para esse processo, o que acaba dificultando e atrasando o trabalho. Dados obtidos através de aplicação de questionários no assentamento Margarida Maria Alves, no município de Juarez Távora, mostram que um dos principais problemas enfrentados pelos agricultores é a mão de obra. É o que demonstra o gráfico da figura 17.

Com base na figura 17, pode-se observar que 57% dos entrevistados²⁰ alega ser a praga o motivo das dificuldades com esse tipo de plantio. As demais respostas apontam a falta de mão de obra, a dependência de chuva para irrigar a plantação e o período de pagamento pelos compradores.

²⁰ Dentre os 17 que produzem algodão colorido no assentamento, apenas 7 responderam ao questionário.

Figura 17 – Principais dificuldades com a plantação do algodão orgânico colorido no assentamento Margarida Maria Alves.



Fonte: trabalho de campo março de 2010.

Desta forma, podemos afirmar que toda a produção é controlada pela Coopnatural. Mesmo se tratando de sistema de sequeiro, onde a produção só começa a se desenvolver no período de chuva, sua coleta muitas vezes ocorre em períodos pré-determinados pela cooperativa, devido a demanda do produto no mercado. Isso faz com que alguns algodões sejam coletados mesmo não tendo atingido de tamanho ideal.

Beneficiado o algodão, a pluma chega Campina Grande a fim de ser distribuída para as indústrias têxteis. Os cuidados em fiar a fibra de algodão colorido orgânico tornam difícil a parceria de indústrias têxteis dispostas a trabalhar com esse tipo de algodão. Devido a essa restrição, a pluma beneficiada segue para outras cidades, como a capital, João Pessoa e o vizinho estado de Pernambuco.

Após esse processo, os tecidos retornam a Campina Grande onde se dá a fabricação e a comercialização das mercadorias. Todo esse percurso acaba encarecendo o produto final, o que gera um mercado consumidor formado por apenas algumas camadas sociais.

Na cidade de Campina Grande, estão presentes várias cooperativas ligadas ao processo industrial do algodão colorido, destinadas à fabricação de roupas e artigos para decoração. São cooperativas que atuam no ramo há mais de 10 (dez) anos, formadas por

indústrias têxteis, serigrafias, confecções e artesãos da cidade, a exemplo da Coopnatural.

Em relação à comercialização e ao aproveitamento industrial, o representante da Embrapa Algodão afirmou que o algodão colorido não desperta o interesse do grande capital em razão da pouca demanda desse produto, se comparado com o algodão convencional da região Centro-Oeste do país.

No próximo capítulo, iremos analisar o processo da fabricação da mercadoria e sua comercialização a partir da cooperativa de exportação, Coopnatural. Para essa análise tomaremos como base o que Santos (1994) e Elias (2003) denominam de circuito espacial da produção, como sendo as diversas etapas pelas quais passará um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final. O circuito espacial da produção surge em contraposição aos circuitos regionais de produção, a partir da redefinição regional imposta pela subordinação da lógica global da produção.

Capítulo III

A RELAÇÃO CIDADE-CAMPO EM CAMPINA GRANDE A PARTIR DA PRODUÇÃO DO ALGODÃO COLORIDO.

A análise da fiação, tecelagem, confecção e distribuição das mercadorias fabricadas a partir da matéria-prima do algodão colorido, como vestuário, decoração e acessórios, vem detalhar o circuito espacial da produção do algodão colorido, propósito deste capítulo.

Muito embora, hoje, Campina Grande não sofra a mesma influência do algodão colorido em seu espaço urbano como ocorreu com o comércio do algodão branco, no século XIX e na primeira década do século XX, na cidade encontra-se uma propagação da cadeia produtiva do algodão colorido, desde sua criação até sua comercialização. Tal processo reflete-se na grande quantidade de cooperativas que foram criadas na cidade em função desse novo produto.

Como a produção do algodão colorido, no território paraibano, ocorre com o apoio da técnica, da ciência e da informação, partimos para a etapa da transformação da matéria-prima no produto final, destacando, em especial, a influência dessa transformação, na cidade de Campina Grande. O nosso propósito é analisar a etapa da produção dos derivados do algodão colorido e sua comercialização.

Apesar de serem muitas as cooperativas que atuam na cidade direcionadas ao comércio de produtos feitos com algodão colorido, nossa pesquisa restringe-se à cooperativa pioneira neste ramo, a Coopnatural.

3.1 A relação cidade-campo e o circuito espacial de produção do algodão colorido.

A base da oposição entre cidade e campo está na divisão do trabalho que teve seu início com a passagem do modo de produção feudal ao modo de produção capitalista, fazendo surgir a troca entre os indivíduos e a consequente divisão da sociedade em classes.

Quando Lefebvre (1999) propõe o *continuum* da cidade política à zona crítica, que seria o urbano, para analisar a formação da sociedade urbana, ele explica a evolução dessa relação. O ponto de partida seria a cidade política, em que o campo aparece subordinado ao controle político da cidade, que extraía dele o mais-produto. A comercialização dos produtos do campo é realizada fora dos espaços da cidade política que se sente ameaçada pelo mercado, como afirma Lefebvre (1999):

A cidade política resiste com toda a sua força, com toda a sua coesão; ela sente-se, sabe-se ameaçada pelo mercado, pela mercadoria, pelos comerciantes, por sua forma de propriedade (a propriedade imobiliária, movente por definição: o dinheiro). (LEFEBVRE, 1999, p. 22)

Já a cidade mercantil, que aparece como lócus do mercado, torna-se o único lugar onde se efetivava o comércio da produção do campo. Essa transformação, com o advento da cidade mercantil, sinaliza a inflexão do campo à cidade, marcada pela economia: a produção do campo só se realizava na praça de mercado, modificando e ampliando a dominação da cidade sobre o campo (MONTE-MÓR, 2006).

Quando eclodiu o processo de industrialização, esse antagonismo aumentou ainda mais e a separação do trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola deixou o meio rural destinado unicamente à atividade presa à terra. Com esse processo, a subordinação do campo à cidade abrangeu também a demanda do campo por produtos, tecnologias e serviços gerados na cidade. Assim, a cidade, de

[...] espaço privilegiado da festa, do poder e do excedente, a tríade da obra civilizatória, transformou-se em espaço precípua da produção, reunindo classe dominante e classe dominada em um mesmo espaço e assim subordinando definitivamente o campo à sua dominação, agora não apenas por sua organização, mas também por sua maior produtividade. (MONTE-MÓR, 2007 p. 95).

Com a era industrial houve a generalização da troca e do comércio, fazendo desaparecer o valor dos costumes (SOBARZO, 2010) e o campo passou a depender da cidade não apenas para controle e comercialização, mas também para a sua própria produção, pois a cidade industrial impôs, no campo, a lógica centrada na produção, ao mesmo tempo em que a cidade também se tornou um produto industrial.

Segundo Monte-Mor (2006), foi a partir da cidade industrial que o processo de urbanização tal como hoje o entendemos teve início. A cidade passou a controlar, a regular e a transformar a produção do campo, o que fez com que o campo passasse a depender da cidade para sua própria produção, significando a subordinação total do campo à cidade.

Desta forma, o campo tornou-se obrigatoriamente dependente da demanda por novos produtos ofertados pela cidade, já que se fazia necessária uma maior e melhor

produtividade. Além disso, esse processo de industrialização trouxe consigo um acirramento das diferenças de classes, aumentando ainda mais a divisão do trabalho.

A crescente especialização funcional que a industrialização provocou, e a ampliação dos mercados que a sua produção em série exigiu, ao fortalecer a articulação entre os lugares, e principalmente entre as cidades, reforçou a divisão social do trabalho, que se manifestou a nível espacial – a divisão territorial do trabalho. (SPOSITO, 2005, p.53).

A partir de então, os lugares se especializaram funcionalmente para atender a demanda de uma economia com base no desenvolvimento industrial. Dessa forma, tal processo de industrialização acabou provocando fortes transformações no modelo de urbanização em relação ao papel desempenhado pelas cidades e suas estruturas internas.

A dinâmica relação cidade-campo pode ser pensada, na atualidade, pelo fato de o campo absorver, cada vez mais, tecnologias e sistemas produtivos surgidos da aplicação do conhecimento científico, desenvolvidos na cidade (SOBARZO, 2010).

Essas novas relações devem ser pensadas não como dependências, mas como complementaridade, pois cidade e campo se unem dentro do processo produtivo, como explanado anteriormente, com o cultivo do algodão colorido orgânico e a produção de seus derivados.

Vimos que o processo de urbanização de Campina Grande e a produção do seu espaço urbano, no caso da cotonicultura, ocorreram atrelados a cidades e campos vizinhos e até mesmo distantes. A transformação que essa relação sofreu com base no advento do meio técnico-científico-informacional e a inclusão da pesquisa e da tecnologia na cultura do algodão inseriu, no espaço urbano, fluxos comerciais advindos dessa cultura, afora estabelecimentos destinados à produção de seus derivados.

Ainda, como vimos nas seções anteriores, as transformações que ocorreram no meio geográfico desde o envolvimento da ciência, da informação e da tecnologia, acarretaram a reestruturação econômica, que por sua vez gerou reestruturação produtiva nos mais diversos setores. Com isso, o enfoque produtivo local passou a tomar outra dimensão, abarcando até mesmo o global, ou seja, as diversas especializações produtivas passaram por uma reorganização espacial que, devido ao avanço da informação e da comunicação, tornaram-se mais dispersas no território.

Sabe-se que a cadeia produtiva de um determinado produto não opera apenas em áreas próximas, ou até mesmo contíguas. Ela se inicia em determinado local e, dependendo da necessidade de incorporação das etapas do processo, como transformação e consumo, pode chegar à etapa final em outras regiões, ou até mesmo países, isto é, as regiões que se especializam não precisam produzir tudo para sua subsistência (SANTOS, 1994).

Segundo Santos (1994),

O mundo, como um todo, tornou-se uno para atender às necessidades da nova maneira de produzir, que passa por cima das regiões, países, culturas etc. Mas, enquanto os processos modernos de produção se espalham por todo o Planeta, a produção se especializa regionalmente. (SANTOS, 1994, p. 46)

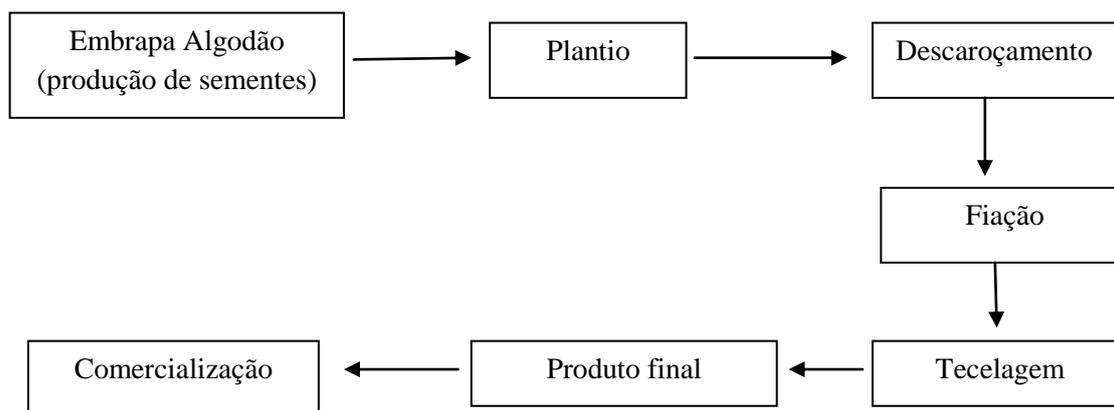
Por isso, ele afirma que

O mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global. Não podemos mais falar de circuitos regionais de produção. Com a crescente especialização regional, com os inúmeros fluxos de todos os tipos, intensidades e direções, temos que falar de circuitos espaciais da produção. Estes seriam as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final. (SANTOS, 1994, p. 49)

Isso quer dizer que, à medida que o espaço se organiza em subespaços produtivos, consequência da evolução dos processos modernos, a produção tende a se especializar regionalmente. De acordo com Elias (2003), os circuitos espaciais indicam a situação relativa dos lugares, ou seja, a definição, num dado momento da respectiva fração do espaço, de acordo com a divisão do trabalho sobre o espaço total do país (p. 141).

No capítulo anterior vimos, detalhadamente, o início do circuito espacial da produção do algodão colorido, com a criação da semente, sua distribuição nas áreas produtoras e o plantio.

A cadeia produtiva do algodão colorido é representada na seguinte sequência, conforme ilustra a figura 18:

Figura 18: Cadeia produtiva do algodão colorido.

Fonte: DUARTE, 2006. **Adaptação:** Rafaela Silva.

A cadeia produtiva do algodão colorido é iniciada com a etapa da produção das sementes, que fica sob responsabilidade da Embrapa Algodão. Logo em seguida ocorre o plantio. Nesta etapa, como vimos no capítulo II, trocam-se experiências entre pesquisadores da Embrapa Algodão e agricultores. No caso do algodão orgânico, há uma supervisão por parte da cooperativa, para que o produto obtenha o selo de orgânico. A etapa seguinte é a do descaroçamento, que ocorre nas unidades de produção, também já analisadas no capítulo anterior.

Passaremos agora, para a etapa seguinte da divisão territorial desse circuito, que é a transformação do produto, apresentando a posição de Campina Grande na fase da fabricação de seus derivados, a começar da atuação da cooperativa de exportação Coopnatural onde serão analisadas as etapas referentes à fiação, à tecelagem, ao produto final e à sua comercialização.

3.2 Coopnatural: fragmentação do processo produtivo.

A Coopnatural, assim como as demais cooperativas que atuam no setor, surgiu por conta das transformações no cenário em que atuam as empresas nos dias de hoje. O panorama, marcado cada vez mais pela competição, faz com que as empresas se unam em alianças estratégicas e acordos. A maneira como as empresas têm-se articulado atualmente leva à organização em redes, com o propósito de se fortalecerem perante o

mundo mercadológico que se ergue cada vez mais competitivo, formando dessa forma, as redes de empresas que visam a relacionamentos cooperativos. As empresas podem-se organizar em rede através de pequenas empresas que se relacionam em um consórcio ou até mesmo ser do tipo *clusters*, *franchising*, fusões e aquisições (FARIAS e RAMOS, 2009).

Segundo Farias e Ramos (2009),

O ambiente em que estão inseridas as empresas sofreu importantes mudanças nas últimas décadas, principalmente de ordem econômica e tecnológica. As mudanças econômicas, decorrentes principalmente da globalização e da incerteza que é aumentada por ela, criam novas exigências competitivas para as empresas. (FARIAS E RAMOS, 2009, p. 15)

Com o objetivo de atender a demanda de nichos de mercado, pequenas empresas de confecção em Campina Grande uniram-se para fabricar mercadorias que tenham como matéria-prima o algodão colorido. Dessa maneira, surgiu o consórcio de empresas Natural Fashion, que visa a

[...] obter ganhos de escala na compra coletiva de matéria-prima, a preços mais vantajosos e facilidade de financiamentos em instituições bancárias, tendo como avalistas empresas do próprio consórcio, superando a barreira da inadimplência individual do Serasa. (CAVALCANTI FILHO E MOUTINHO, 2006, p. 180)

O referido consórcio é uma das instituições que compõem o APL (Arranjo Produtivo Local) de confecções em Campina Grande. Criado na década de 80, o arranjo passou por uma significativa reestruturação progressiva entre 2004 e 2006, apresentando uma elevada densidade institucional: SEBRAE-PB, SENAI, Labvest, Universidade Corporativa, SINDIVEST/FIEP, Prefeitura Municipal de Campina Grande, CINEP, instituições financeiras, Ceape, AMDE, Embrapa, micro e pequenas empresas (MPEs). (CAVALCANTI FILHO & MOUTINHO, 2006).

Os Arranjos Produtivos Locais, no Brasil, surgiram após a década de 90, como resultado do novo estágio do desenvolvimento do capitalismo mundial e, de acordo com Silveira (2006), os objetivos básicos de um APL

[...] são a geração de economias de aglomeração, basicamente, no setor produtivo, para que haja sustentabilidade das economias locais e regionais e, por conseguinte, também, sejam incluídas num sistema macroeconômico capaz de atuar na substituição de importações e na geração, dentro do território brasileiro, de plataformas de exportações. (SILVEIRA, 2006, p. 103)

Assim, estabelecem-se entre as empresas participantes, vínculos de cooperação, como ocorreu com o consórcio Natural Fashion de exportação formado por empresas ligadas ao setor têxtil.

Com o surgimento da alternativa do algodão colorido, o grupo de empresas Natural Fashion evoluiu em, 2000, para um consórcio de exportação, contando com o apoio da APEX (Agência Brasileira de Exportações e Investimentos). O consórcio obteve, ainda, o apoio da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, da FIEP, do SENAI e do SEBRAE.

O interesse em trabalhar com peças de algodão colorido e que acabou formando o consórcio Natural Fashion, surgiu, quando um grupo de comerciantes da cidade participou da Feira Internacional da Indústria Têxtil (Fenit), realizada em São Paulo. Com a consultoria tecnológica para o desenvolvimento da coleção a ser apresentada na respectiva feira, disponibilizada pelo Sebrae e o apoio financeiro da AMDE, para a produção do algodão colorido, o grupo criou as peças e apresentou-as na Fenit. Mais tarde, o consórcio transformou-se na Cooperativa de Produção de Têxtil Afins do Algodão do estado da Paraíba (Coopnatural). Segundo um dos funcionários da cooperativa,

Há dez anos atrás um grupo de pessoas comerciantes aqui de Campina Grande ia participar de uma feira, que é a Fenit em São Paulo e quiseram levar um produto diferenciado, porque eles foram convidados e tava todo mundo levando as confecções normais que tem aqui. E alguém disse: não, tem algodão colorido na Embrapa. Foi-se na Embrapa, conseguiu uma quantidade suficiente para fazer a fiação e fazer uma quantidade de produto. Fez um produto e levou pra essa feira. Foi um sucesso absoluto. Inicialmente juntaram-se com pessoas e fizeram um consórcio exportador, que foi instinto um ano e meio depois. E foi criada a cooperativa, que se chama Coopnatural. (Entrevista concedida em 20/01/2011)

Essa primeira experiência da produção do algodão colorido realizada pelo consórcio, que mais tarde se transformou na cooperativa, ocorreu em uma fazenda de

propriedade da então presidente. A partir de então, passou a integrar outros campos de produção.

A Coopnatural foi fundada visando a diversificar e ampliar o volume de produção, a atender a demanda para a ampliação do quadro social do consórcio e a enfrentar as dificuldades de compra e venda dos produtos (DUARTE, 2006). A referida cooperativa busca

Proporcionar condições técnicas e financeiras para o exercício das atividades profissionais de seus associados, aproveitando oportunidades de mercados existentes e criando novos mercados para a distribuição de seus produtos. (FARIAS e RAMOS, 2009)

Ao todo são vinte e oito cooperados, entre pessoas físicas e empresas, além de diversas parcerias. Todas as empresas têxteis cooperadas são micro ou pequenas empresas que já exerciam a função antes da formação da cooperativa, de modo que houve uma reorganização do setor de confecção da cidade direcionado para trabalhar com derivados do algodão colorido orgânico. Isso acarretou giro de novos fluxos materiais e econômicos a começar da reutilização de antigos fixos ligados ao setor. Sendo o espaço formado pela junção de fixos e fluxos, essa reorganização implicou uma nova dinâmica espacial para a cidade de Campina Grande.

A Coopnatural (figura 19) é uma cooperativa articulada com a Rede Paraíba de Algodão Agroecológico. Participam da referida rede a Embrapa, agricultores familiares de 31 municípios, a Emater, o SEBRAE, ONGs, dentre outras empresas. As suas reuniões são momentos para discutir medidas que consolidem o avanço do algodão colorido na Paraíba.

Figura 19: Sede da Coopnatural em Campina Grande.



Fonte: trabalho de campo 2011. **Foto:** Andrea Sales.

A estrutura da cooperativa é composta pela Presidência, Setor Administrativo, Direção Administrativa Financeira, Diretoria de Produção, Conselho Fiscal e Conselho de *Design*. A consultoria mensal é realizada por um técnico de produção têxtil, conforme Farias e Ramos (2009):

Nessa consultoria são fornecidas orientações sobre: métodos de produção, melhor organização de layout, tempo de produção de peças, padrões de qualidade e habilitar as empresas em novos processos que sejam de interesse mútuo, da Coopnatural e da empresa cooperada. O consultor também é um cooperado.

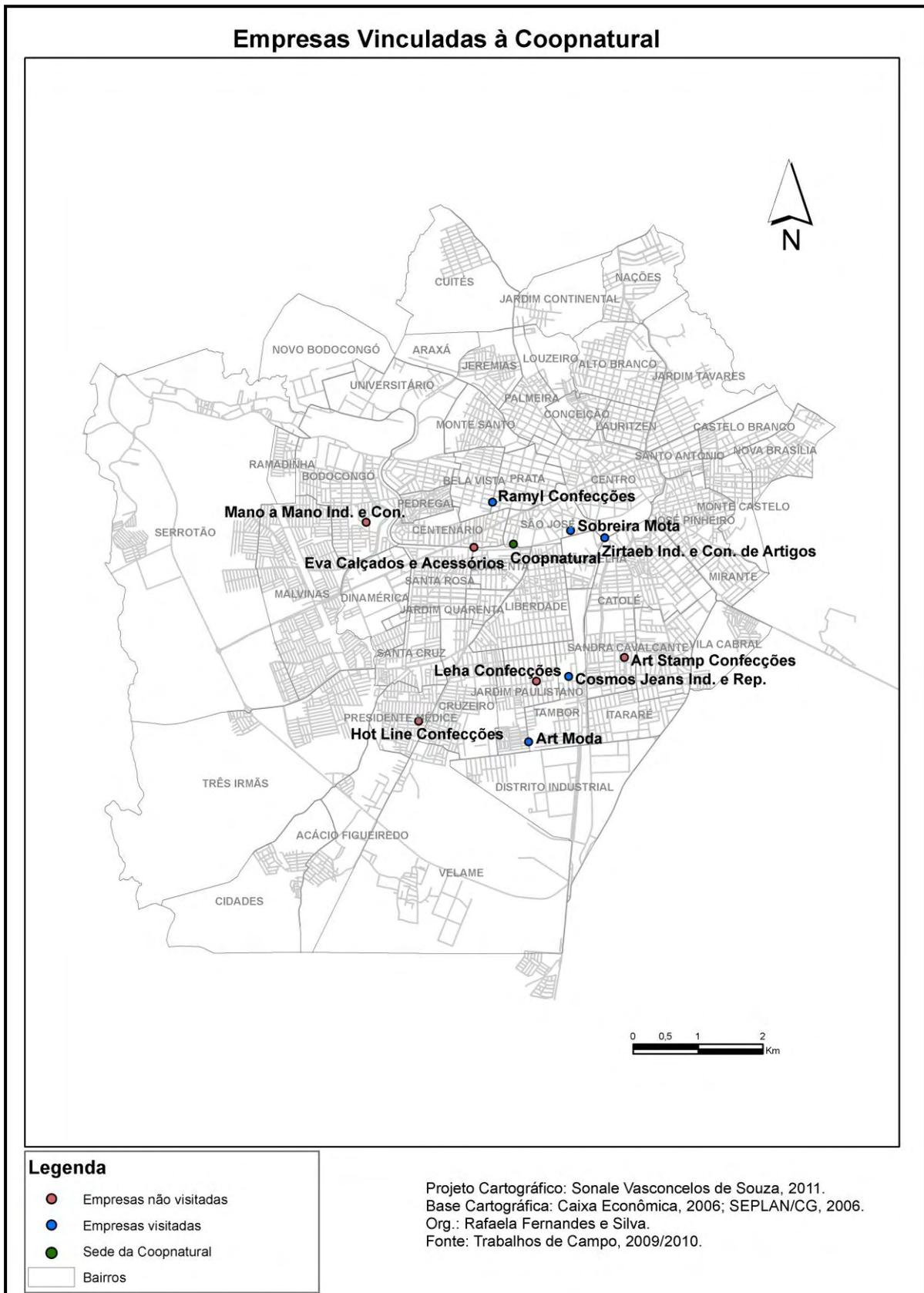
A administração é realizada através de Assembléia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, com atribuições estabelecidas em um Estatuto e um Regimento Interno.

A divisão do trabalho entre os cooperados é definida segundo a responsabilidade de cada cooperado: pela confecção de roupas, pela confecção de acessórios, pela serigrafia. Há uma subdivisão entre os cooperados para que todos participem do processo. As etapas de fiação, tecelagem e artesanato são terceirizadas, ficando a cargo de prestadores de serviços cuja relação é formalizada através de contratos.

A pesquisa identificou dez empresas cooperadas à Coopnatural na cidade de Campina Grande. Em seis delas foram realizadas visitas em que se fizeram entrevistas com o proprietário e levantamentos fotográficos. O mapa 5 mostra a espacialização das

empresas na malha urbana da cidade. As empresas estão localizadas em sete bairros na sua maioria periféricos: Presidente Médici, Jardim Paulistano, Tambor, na Zona Sul e Bodocongó, na Zona Oeste.

Mapa 5



3.3 Cooperativa de exportação e economia popular urbana

A origem do que se denomina economia urbana está na divisão do trabalho, a partir da separação que se estabelece entre o trabalho industrial e o comercial e o trabalho agrícola (MAIA, 1994), porquanto com a separação das atividades econômicas, dividindo as da cidade e as do campo, há o surgimento da economia urbana, ficando as atividades do campo no chamado setor primário da economia.

Coraggio (1993) chama a atenção para uma subdivisão da economia urbana, entre economia empresarial capitalista, economia pública e economia popular urbana. Segundo o referido autor, a economia empresarial capitalista seria composta pelo conjunto de fragmentos de organizações que seguem o modelo empresarial de gestão com o objetivo de maximizar a acumulação de capital-dinheiro mundial. Já a economia pública, seria organizada segundo um modelo político-burocrático de gestão e composta pelos níveis locais, setoriais e nacionais do aparato governamental com jurisdição no âmbito da cidade. A Economia Popular Urbana (EPU) seria formada por

[...] unidades domésticas de trabajadores y sus variadas formas organizativas -unipersonales, familiares, comunitarias, cooperativas- cuyo sentido está dado por la utilización de su fondo de trabajo con el objetivo de lograr la reproducción transgeneracional de la vida de sus miembros -biológica y cultural- en condiciones siempre mejores. (CORAGGIO, 1993, p. 18)

Muito embora as atividades econômicas tenham ficado separadas por um longo período, atualmente percebemos um grau de complementaridade entre elas, o que caracteriza a nova relação cidade-campo.

Atualmente, percebemos que também fazem parte da economia urbana dois tipos de atividades ligadas ao setor rural: a agricultura urbana, no dizer de Silva (2008), em seu trabalho sobre o espaço periurbano, como aponta Maia (1994), em seu trabalho sobre as vacarias no espaço urbano de João Pessoa. Nesses casos, as atividades compõem a economia popular urbana.

Podemos analisar a economia urbana dentro da nova economia²¹ que surge em escala global. De acordo com Castells (1999), esta seria ao mesmo tempo

²¹ A nova economia surge nos Estados Unidos, por ter sido o berço das descobertas e invenções revolucionárias da tecnologia da informação. (Castells, 1999)

informacional, global e em rede, tendo surgido no último quartel do século XX, a partir da revolução da tecnologia da informação. A inovação tecnológica estava entre as novas estratégias encontradas pelas empresas para superar o declínio da lucratividade durante a crise de 70, assim como a desregulamentação dos mercados. Explica Castells (1999):

Para abrir novos mercados, conectando valiosos segmentos de mercado de cada país a uma rede global, o capital necessitou de extrema mobilidade, e as empresas precisaram de uma capacidade de informação extremamente maior. A estreita interação entre a desregulamentação dos mercados e as novas tecnologias da informação proporcionou essas condições. (p. 138)

O autor destaca ainda a lucratividade e a competitividade como sendo os verdadeiros determinantes da inovação tecnológica, do crescimento da produtividade o que impulsiona o progresso econômico. Ora, a competitividade, hoje em dia, é regra dentro do desenvolvimento econômico.

Para Santos (2006b), a competitividade toma o lugar da competição, no momento em que a concorrência atual não é mais a velha concorrência, sobretudo porque surge eliminando toda forma de compaixão. É preciso vencer o outro, tomando seu lugar: é a guerra como norma. O autor acrescenta ainda que

Os últimos anos do século XX foram emblemáticos, porque neles se realizaram grandes concentrações, grandes fusões, tanto na órbita da produção como na das finanças e da informação. (SANTOS, 2006b, p.46)

Ao mesmo tempo que as empresas competem para conquistar fatias de mercado, o mercado em expansão abre espaço para o aparecimento de novas empresas. Portanto, segundo Castells (1999), a competitividade de empresas e países, requer o fortalecimento de posição no mercado que se expande.

Santos (2006b), analisando o processo de globalização, afirma haver um processo de globalização perversa em que há uma dupla tirania – a do dinheiro e a da informação – intimamente relacionadas. E nesse jogo, explica o autor, a competitividade, sugerida pela produção e pelo consumo, é a fonte de novos totalitarismos.

Ainda, analisando as perspectivas do processo de globalização, Passos e Spósito (2001) afirmam que

[...] se a competição é importante para o desenvolvimento e a eficiência, o mundo globalizado requer também a cooperação entre diferentes atores, porque se trata de um mundo interdependente onde todos dependem de todos. (PASSOS E SPÓSITO, 2001, p. 22)

A outra perspectiva corresponde a uma guerra econômica na qual o mundo ingressou, sendo a competição econômica e o reforço do particularismo os pontos de referência para essa perspectiva (PASSOS & SPÓSITO, 2000).

Nesse contexto, a economia global

[...] resultou da reestruturação das empresas e dos mercados financeiros em consequência da crise de 1970. Expandiu-se utilizando novas tecnologias da informação e de comunicação. Tornou-se possível e, em grande parte foi induzida, por políticas governamentais deliberadas. A economia global não foi criada pelos mercados, mas pela interação entre mercados e governos e instituições financeiras agindo em nome dos mercados – ou de sua idéia do que devem ser os mercados. (CASTELLS, 1999, p. 176)

Como vimos anteriormente, a mobilidade de que o capital necessita para a abertura de novos mercados advém da interação entre novas tecnologias e a desregulamentação dos mercados. Mas, ao mesmo tempo que o capital mundial se move livremente buscando acesso aos mercados, compete com agentes locais que não dispõem dessa mobilidade.

O processo de produção dos derivados do algodão colorido orgânico, que ocorrem na Coopnatural é o resultado da cooperação de agentes locais que buscam esse acesso aos mercados. O processo produtivo dá-se de maneira fragmentada, a partir de cooperação, dos contratos e das parcerias entre empresas.

3.4 Etapas do Processo de Produção das Mercadorias Comercializadas.

3.4.1 Fiação e tecelagem

O algodão colorido é comprado das unidades produtoras com base no preço do algodão branco (*commodity*). Sobre o valor do algodão branco é acrescentado um percentual de 30% ou mais. A negociação de preços é realizada entre a cooperativa e os agricultores, baseada nos custos da produção do algodão colorido (FARIAS E RAMOS 2009). Durante a nossa pesquisa, pudemos observar uma dessas reuniões da Rede

Paraíba de Algodão Agroecológico, ocorrida em 2009. Nessa ocasião foram discutidos, dentre outros, o preço do algodão orgânico por tonalidade, ficando a pluma do branco a R\$ 5,00, a do marrom, a R\$ 6,00 e a do verde, a R\$ 7,50.

O algodão então é comprado pela cooperativa e enviado para a elaboração de seus derivados, tendo como etapa inicial o processo de fiação.

No início do consórcio eram comprados produtos de tecelagem de empresas que trabalham com o algodão colorido, a exemplo da Entrefios (figura 20), que também atua no setor na referida cidade, mas que não trabalha com o algodão orgânico, destinando-se à produção de redes, mantas e acessórios para decoração. Aí, a tecelagem ocorre em teares manuais, como mostra a figura 21.

Figura 20 Sede da Entrefios em Campina Grande.



Fonte: trabalho de campo 2010. **Foto:** Rafaela Silva.

Figura 21: Tear manual utilizado na cooperativa Entrefios em Campina Grande.



Fonte: trabalho de campo 2010. **Foto:** Rafaela Silva.

Muito embora a Coopnatural tenha deixado de comprar os tecidos da Entrefios, atualmente ainda há parceria entre essas cooperativas para a realização da fiação do algodão colorido.

Quando o consórcio começa a utilizar o algodão orgânico, tem-se a necessidade de procurar novas indústrias têxteis dispostas a trabalhar com esse tipo de fiação. No início do consórcio, além da compra de tecidos da Entrefios, era realizada parceria com a Embratex, filial do grupo Coteminas, sediada em Campina Grande. É Farias (2010) quem afirma:

A entrada dessa empresa no circuito foi mediada pelo [presidente da república na época] Luis Inácio Lula da Silva que, por solicitação da AMDE e da Natural Fashion, atual Coopnatural, intercedeu junto ao seu proprietário, [vice-presidente da época] José Alencar, para que mesma executasse a fiação, resolvendo, temporariamente, a falta de estruturas geográficas e empresas para mediar a realização dessa ação. (FARIAS, 2010, p. 252)

Mas, por problemas operacionais, o contrato com essa indústria foi rompido. Isso porque trabalhar com o algodão orgânico demanda etapas de limpeza do maquinário, para que não haja contaminação do produto. Tal procedimento é

acompanhado por inspeções de certificadoras do algodão orgânico, o que acabava agregando mais tempo ao processo. Um outro fator que também dificulta é a quantidade menor de algodão trabalhado em relação à que uma empresa de grande porte opera normalmente.

A elaboração dos tecidos do algodão colorido dá-se através da tecelagem manual, da tecelagem plana e da fabricação de malhas. O tecido manual, como vimos anteriormente, ocorre, através de teares manuais, na Entrefios, localizada na cidade de Campina Grande. A tecelagem plana é realizada na empresa têxtil Ribeiro Chaves, localizada em Aracaju-SE, onde são fabricados o brim (confeção de calças), o linhão (confeção de bermudas) e o tricoline (confeção de camisas). Para a fabricação da malha, a cooperativa tem parceria com a malharia Matesa, localizada na cidade de João Pessoa- PB. Aí são fabricados o Piquet canelado, o moletom, a meia malha e a ribana. Além dessas, a cooperativa ainda tem parceria com a Fiação e Tecelagem São José do Nordeste, localizada em Recife-PE e com a Unitextil, localizada na capital paraibana.

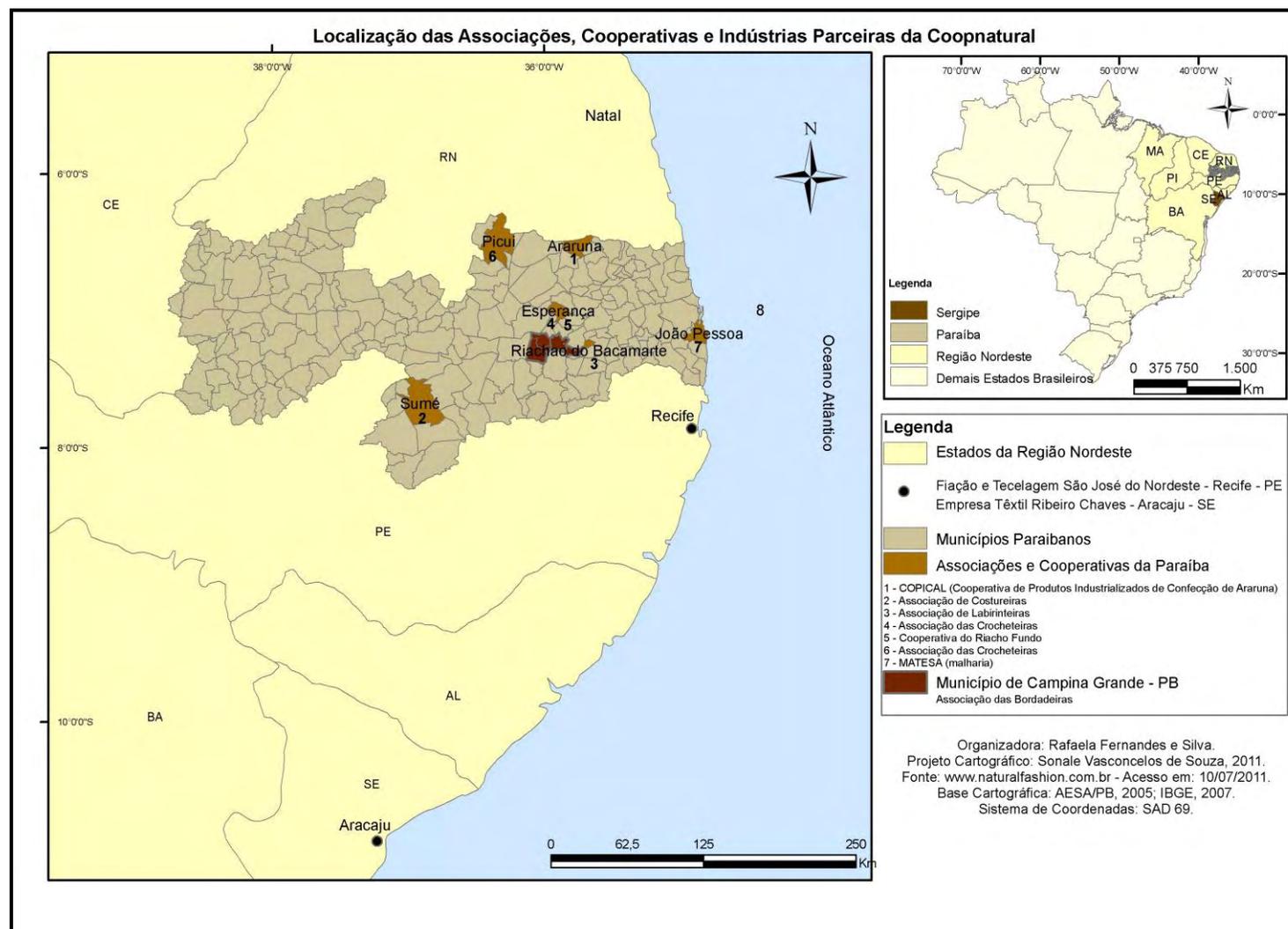
As empresas que realizam a fiação e a tecelagem para a Coopnatural são terceirizadas, aparecendo como prestadoras de serviço para as confecções. De acordo com Farias (2010),

Esta modalidade de relação entre as tecelagens e as confecções difere do que acontece nos circuitos espaciais de produção do algodão branco e derivados, uma vez que, neste último, as tecelagens atuam como produtoras e distribuidoras dos fios e tecidos e os vende para as confecções. (FARIAS, 2010, p. 255)

Além da prestação de serviços da tecelagem, há ainda contratos com associações de bordadeiras, crocheteiras, labirinteiras, espalhadas pelo interior do Estado as quais enviam seus produtos para a sede da cooperativa, a fim de serem aplicados nas peças.

O mapa 6 foi elaborado a partir do levantamento das associações, cooperativas e indústrias parceiras da Coopnatural.

Mapa 6 – Localização das associações, cooperativas e indústrias parceiras da Coopnatural.



3.4.2 O corte do tecido, o “designer” e a distribuição para as confecções e as bordadeiras

O tecido e/ou a malha prontos seguem para Campina Grande, para a sede da cooperativa, quando, então, se dá a etapa do corte, realizado em um só local, no caso a sede, para que não haja possíveis diferenças nas peças e para que se possa manter o padrão do tamanho, garantindo qualidade ao produto. As figuras 22 e 23 mostram os tecidos e as malhas estocados e a realização do corte, respectivamente.

Figura 22: Tecidos estocados na sede da Coopnatural em Campina Grande.



Fonte: Trabalho de campo 2009. **Foto:** Ernani Santos Filho.

Figura 23: Corte da malha do algodão colorido na sede da Coopnatural em Campina Grande.



Fonte: trabalho de campo 2009. **Foto:** Ernani Santos Filho.

O *designer*, desenvolvido na própria sede da cooperativa, é criado seguindo as tendências da moda. Além do mais apresenta uma releitura da cultura nordestina vinculada às mais modernas tendências da moda internacional.

Via internet, o *designer* é enviado para a serigrafia responsável pelas estampas das peças. Então, a serigrafia cooperada recebe o *designer* e as peças. Uma das serigrafias é a Art Stamp Serigrafia, localizada na periferia da cidade de Campina Grande, administrada por duas pessoas com grau de parentesco e mais quatro funcionários contratados.

O tipo de equipamento empregado varia entre artesanal e industrial (mesas térmicas de granito ou de ferro), como mostra a figura 24. Em entrevista, o proprietário da serigrafia supracitada afirmou receber os tecidos abertos ou já fechados.

Figura 24: Mesas térmicas e de granito utilizadas na Art Stamp Serigrafia em Campina Grande.



Fonte: trabalho de campo 2009. **Foto:** Sonale Vasconcelos.

Recebido o tecido (figura 25) e a arte da sede da cooperativa, inicia-se o processo da aplicação da estampa. A arte passa por um processo de preparação das cores via meio digital, sendo, posteriormente, impresso e enviado para o laboratório, quando então é revelada em uma tela (figura 26) para ser aplicada nas peças com prensagem nas mesas térmicas (figura 27). O tipo de tinta utilizada para impressão das estampas é a industrial, o que se contrapõe a lógica do produto orgânico.

Figura 25: Peças de algodão colorido orgânico na Art Stamp Serigrafia em Campina Grande.



Fonte: trabalho de campo 2009. **Foto:** Sonale Vasconcelos.

Figura 26: Tela onde são impressas as estampas na Art Stamp Serigrafia em Campina Grande.



Fonte: Trabalho de campo 2009. **Foto:** Sonale Vasconcelos.

Figura 27: Peça de algodão colorido orgânico pronta para a aplicação da arte gráfica na Art Stamp Serigrafia em Campina Grande.



Fonte: Trabalho de campo 2009. **Foto:** Sonale Vasconcelos.

As peças com as estampas aplicadas, então, retornam para a sede da cooperativa a fim de serem distribuídas para as confecções, para o processo que eles denominam de “fechar a peça”, como mostram as figuras 28 e 29. Dependendo do *designer* desenvolvido, as peças são mandadas para as confecções junto com as rendas a serem aplicadas. Como já foi mencionado, essas rendas são elaboradas em associações de bordadeiras, crocheteiras e labirinteiras, parceiras da Coopnatural.

Figura 28: Peças com arte estampada na sede da Coopnatural em Campina Grande.



Fonte: Trabalho de campo 2009. **Foto:** Ernani Santos Filho.

Figura 29: Peças com arte estampada na sede da Coopnatural em Campina Grande.



Fonte: Trabalho de campo 2009. **Foto:** Ernani Santos Filho.

A pesquisa localizou as empresas de confecção que funcionam não apenas em estabelecimentos residenciais, bem como em estabelecimentos destinados a este fim, como mostram as figuras 30 e 31, respectivamente. Trata-se de micro e pequenas

empresas, algumas empregando mão de obra, outras funcionando com mão de obra familiar.

Figura 30: Art Moda em Campina Grande.



Fonte: trabalho de campo 2011. **Foto:** Andrea Sales.

Figura 31: Zirtaeb indústria e comércio de artigos em Campina Grande.



Fonte: trabalho de campo 2011. **Foto:** Andrea Sales.

A confecção, representada na figura 31, Zirtaeb Indústria e Comércio, pertence a um cooperado físico da Cooperativa, membro do Conselho Fiscal. Nesse caso, só o cooperativado participa da cooperativa, ficando sua empresa fora dessa cooperação. Quando a cooperativa necessita, contrata os serviços da Zirtaeb.

Ao todo são 13 costureiras que trabalham na empresa. Em entrevista, o proprietário afirmou que o perfil da sua empresa não comporta as necessidades da cooperativa, já que a meta é produzir em grande escala e ela não trabalha com produtos customizados. Quando questionado se atende a demanda da Coopnatural, ele afirma:

Não. Já atendi e atendo quando essa demanda não é produto customizado. Porque, pra você ter uma idéia, o meu perfil é pra produzir 1200 camisas/dia, e eu quero chegar a 3800. Só que a Natural me manda 50 peças. Minha relação, eu como pessoa física sou associado, sou do Conselho Fiscal. A minha produção pra cooperativa é pequena [...] quando o volume é grande e não customizado aí a gente produz, e quando é coisa pequena só vai me atrapalhar. (Entrevista concedida em 20/01/2011)

Além dessa foi visitada a empresa cooperada Sobreira Moda Ltda. Nela são confeccionadas as roupas infantis do algodão colorido orgânico, vendido pela Coopnatural. Na empresa trabalham 15 pessoas e o total de peças produzidas por dia gira em torno de 200 peças. O equipamento utilizado para a fabricação das peças é do tipo industrial.

Os cooperados, então, representam pequenas empresas atuantes na cidade de Campina Grande que, visando a entrar no mercado com um “novo produto”, uniram-se em cooperativas para conseguir competir dentro dessa nova economia, com as empresas que atuam no cenário com tecnologia avançada.

O emprego familiar em pequenas empresas caracteriza o que Santos (2008b) denomina circuito inferior da economia, circuito este que absorve cidadãos desprovidos de recursos e de qualificação e para o qual o trabalho é o fator mais importante. Como afirma o autor,

Na atividade individual ou familiar, com frequência realizada em casa, é fácil fugir parcial ou totalmente dos impostos. Por outro lado, essa atividade exige pouco no plano dos equipamentos e de sua renovação e é sustentada pela exigência de uma demanda na cidade, adaptando-se facilmente às oscilações dessa última. Algumas profissões conhecem uma verdadeira proliferação das atividades. A profissão de alfaiate e de costureira é muito importante, principalmente quando a industrialização é pequena e o preço da roupa fabricada, freqüentemente importada, ainda é elevado. (SANTOS, 2008b, p. 211)

Constata-se, assim, que a atividade individual ou familiar tem como objetivo o sustento da própria família, o que é uma característica da economia popular urbana.

Uma das características dessa economia popular, se analisada dentro do modo capitalista de produção, é a baixa produtividade.

3.4.3 Distribuição e comercialização

Após o preparo final do produto, este retorna para a Cooperativa para a comercialização. As peças são armazenadas e passam pelo controle de qualidade por amostragem. As aprovadas recebem a marca Natural Fashion, anexada em sua etiqueta.

Na sede da Coopnatural, então, essas peças são embaladas (figura 32) e encaixotadas (figura 33), sendo os produtos vendidos para lojistas cadastrados²², localizados na maior parte do território nacional²³ e em alguns pontos internacionais. A figura 34, mostra um pacote com peças já prontas para ser enviado a um dos seus compradores, no caso, localizado na cidade de Belém-PA.

Figura 32: Peças prontas para venda na Coopnatural em Campina Grande-PB.



Fonte: Trabalho de campo 2009. **Foto:** Ernani Santos Filho.

²² Informação obtida em entrevista concedida em 20/02/2011, na sede da Coopnatural.

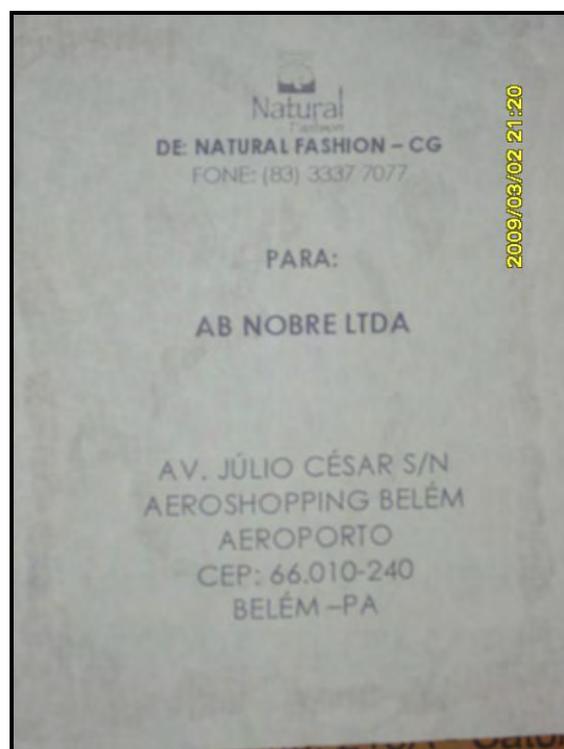
²³ Com exceção dos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amazonas, Amapá, Ceará, Piauí, Sergipe e Espírito Santo.

Figura 33: Peças encaixotadas para a venda na Coopnatural em Campina Grande - PB.



Fonte: Trabalho de campo 2009. **Foto:** Ernani Santos Filho.

Figura 34: Pacote com produtos oriundos da Coopnatural e endereçado.



Fonte: Trabalho de campo 2009. **Foto:** Ernani Santos Filho.

O consumo de mercadorias produzidas com o algodão colorido vem-se expandindo nos últimos anos, influenciando o aparecimento de diversas atividades econômicas ligadas a este produto, na cidade de Campina Grande. São as cooperativas formadas por confecções, serigrafias, artesãos e os estabelecimentos comerciais. Estes, por sua vez, extrapolam os limites regionais, estando espalhados não apenas no território brasileiro, mas também em vários países.

Segundo um dos funcionários da Coopnatural, a cooperativa quer atingir um público consumidor que tenha consciência em relação ao produto orgânico. Seus compradores são comerciantes que trabalham com o conceito de produto natural ou valores de preservação ambiental. Um dos pontos de venda no território brasileiro, que trabalha com tal “conceito”²⁴, é o Mercado de Orgânicos, localizados em Curitiba-PR. Criado em fevereiro de 2009, o estabelecimento é o primeiro do gênero no país.

A comercialização é realizada apenas entre a cooperativa e os lojistas cadastrados, com exceção da loja estabelecida na sede da cooperativa, com o apoio do SEBRAE e que vende peças de produções passadas. (Figuras 35 e 36)

Figura 35: Peças a venda na loja da Coopnatural em Campina Grande-PB.



Fonte: Trabalho de campo 2009. **Foto:** Ernani Santos Filho.

²⁴ Termo utilizado pelo funcionário da Coopnatural em entrevista.

Assim como a concorrência sofreu uma mudança, o mesmo aconteceu com o consumo. Hoje em dia, através da publicidade, o consumidor é produzido antes mesmo do produto. Isso leva ao que Santos (2006) denomina de despotismo do consumo, quando afirma que a chamada autonomia da produção cede lugar ao despotismo do consumo. Daí o império da informação e da publicidade.

Como o consumo tem sua materialização no momento da compra, o comércio aparece como o cenário do consumo real. A mobilização da moda, em especial a moda ecológica, entra nesse cenário. No final da década de 90, a visão integrada dos diferentes segmentos da indústria têxtil dá origem aos têxteis orgânicos (SOUZA, 2000).

Figura 36: Brinquedos a venda na loja da Coopnatural em Campina Grande – PB.

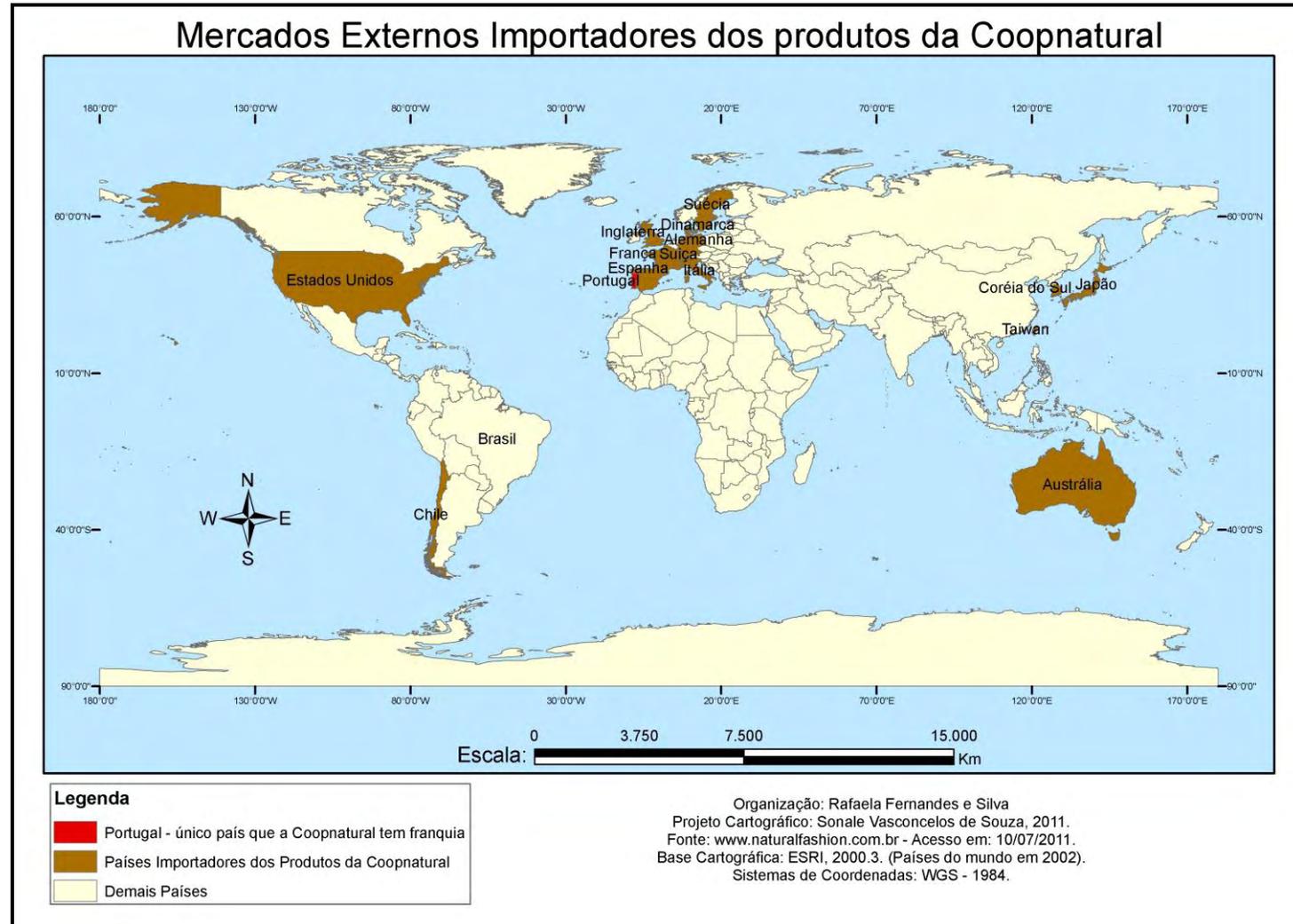


Fonte: Trabalho de campo 2011. **Foto:** Autora.

Os consumidores finais dos derivados do algodão colorido orgânico encontram-se distribuídos tanto no território nacional como em outros países. São 12 países que consomem o produto final produzido pela Coopnatural. O mapa 7 mostra os países que

compram os derivados do algodão colorido orgânico, com destaque para Portugal, único país que possui uma franquia da cooperativa de exportação, isto é, único mercado que vende os derivados do algodão colorido importados da Coopnatural com direito de distribuição exclusiva.

Mapa 7



De acordo com o mapa 7, grande parte do mercado externo consumidor dos produtos da Coopnatural encontra-se na Europa, ficando alguns na América do Sul, a exemplo do Chile, na América do Norte, a exemplo dos Estados Unidos, na Oceania, a exemplo da Austrália, e na Ásia, a exemplo da Coreia do Sul, do Japão e de Taiwan.

Assim, analisamos o contexto em que ocorre a relação cidade e campo, a partir da emergência dos circuitos espaciais de produção, com base no circuito espacial da produção do algodão colorido. Por isso, foi pertinente a discussão sobre a economia urbana, dentro do contexto da economia global, para analisar as etapas finais da divisão territorial do trabalho desse circuito, a saber, a de fabricação dos derivados do algodão colorido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos neste trabalho apresentar o circuito espacial do algodão colorido, em especial o orgânico, cultivado para atender as demandas da cooperativa Coopnatural, revelando a importância da cotonicultura na economia local de Campina Grande, desde o cultivo do algodão tradicional à produção do algodão colorido.

Algumas dificuldades foram encontradas no momento de obtenção de dados, o que dificultou determinadas análises, como o total de área produzida e coletada do algodão colorido orgânico. Tentou-se também elaborar uma análise do perfil das costureiras empregadas nas confecções e dos operários das indústrias de tecelagem e de serigrafia. Por demandar tempo, muitos dos proprietários não permitiram tal levantamento de dados, ficando a cargo deles próprios cederem parte das informações pertinentes. Por conseguinte, nossa reflexão baseou-se no que conseguimos desenvolver.

Do que pesquisamos, podemos afirmar que o cultivo do algodão colorido, muito embora não tenha influenciado fortemente a dinâmica socioespacial da cidade de Campina Grande, como o do algodão tradicional no final do século XIX e no início do século XX, tem significativa importância na dinâmica econômica da cidade, destacando-se a atividade têxtil que também faz parte da história da cidade, conforme registrado no capítulo I.

Graças ao desenvolvimento da técnica, a fase do beneficiamento, que na época do cultivo do algodão convencional, ocorria na cidade, agora se processa no campo de produção, não havendo mais instalação de beneficiadoras na cidade. Ainda que a cidade não sedie as beneficiadoras, há hoje, em seu espaço, outros pontos envolvidos nesse processo: um ponto principal destinado à produção dos derivados da fibra do algodão colorido que demanda reunião de avanços tecnológicos e científicos e pontos destinados à produção do produto final.

O circuito espacial da produção do algodão colorido foi analisado segundo a concepção de Santos (1994). Durante a discussão, percebemos que esse circuito é resultado do avanço do meio técnico-científico-informacional, que se refletiu nas novas dinâmicas espaciais de relação entre cidades e /ou regiões.

Quanto a viabilidade da produção do algodão colorido orgânico para os agricultores dos campos pesquisados, consideramos não ser viável a partir do momento que a produção é regulada pela direção da cooperativa. Tanto no que se refere aos cuidados quanto ao preço pago pela pluma do algodão.

Do exposto, percebe-se a importância da atividade agropecuária para a cidade de Campina Grande, fato este que remonta à sua origem. Constata-se, também, o surgimento de algumas iniciativas voltadas para o avanço científico e tecnológico, associado a esse tipo de atividade econômica. Podemos dizer, também, que a cidade de Campina Grande revela grande contradição entre o tradicional e o moderno e, por conseguinte, entre as permanências e as transformações.

Percebemos também, a partir deste estudo, a transformação da relação cidade-campo, por conta da inserção da tecnologia, da ciência e da informação desenvolvidas na cidade e levadas aos campos de produção, ou seja, a partir da troca de conhecimentos entre a empresa responsável pela criação da fibra do algodão colorido – Embrapa Algodão – e os agricultores que plantam essa fibra. O novo e o tradicional unem-se para suprir essa recente demanda do mercado consumidor.

Outra análise refere-se a uma das dinâmicas selecionadas para o estudo das cidades médias brasileiras, como relatado no primeiro capítulo, a difusão da agricultura e do agronegócio. A atividade agrícola científica, realizada em Campina Grande, difere de outras cidades médias que têm agronegócio, a exemplo de Mossoró, onde se realiza parte dos circuitos espaciais do agronegócio da fruticultura tropical. Um outro exemplo é a cidade de Passo Fundo, que aparece como pólo de apoio ao agronegócio, com serviços especializados, como venda de insumos agrícolas, máquinas e implementos, formação de mão de obra especializada, geração de conhecimento e apoio na logística de armazenamento de transporte (SOBARZO, 2010). Na cidade de Campina Grande, desenvolvem-se atividades relacionados à agricultura científica, oferecendo serviços e recurso tecnológico para o cultivo do algodão colorido, não chegando, porém, a compor o quadro de cidade do agronegócio.

As mudanças de base técnica da produção do algodão foram substanciais para reativar, na cidade de Campina Grande, as funções do setor têxtil, que havia sofrido uma baixa no final do século passado, possibilitando novas maneiras de competição no mercado nacional e internacional.

A pesquisa conduz à reflexão sobre o papel das cidades médias, através de novos agentes empreendedores devido à centralidade que exerce e que comporta o menor número de problemas a serem enfrentados nas metrópoles e regiões metropolitanas. Como bem explica um dos funcionários da Coopnatural em entrevista,

E eu digo uma coisa a você, o futuro são as cidades médias. As cidades grandes são um pólo de agregador de pessoas, gestão é muito interessante e acabam ficando um organismo vivo de uma cidade muito grande. Mas as cidades médias são as que vão mover o país para um patamar melhor. É aqui onde se tem uma das melhores qualidades de vida, é aqui onde os problemas são visto de forma mais pessoal e isso é importante pro desenvolvimento da população, pra solução deles. O engajamento dessas populações é mais fácil, porque se pode dividir por áreas e agir em cada área. (Entrevista concedida em 20/01/2011)

Ora, as cidades médias ganham destaque quando do processo de desconcentração industrial, esvaziando-se as duas metrópoles nacionais, Rio de Janeiro e São Paulo, fazendo surgir metrópoles regionais e, assim, uma redefinição da rede urbana brasileira. De acordo com Spósito (2007), isso ocorreu devido à passagem de uma economia do tipo fordista para sistemas de produção caracterizados como flexíveis.

A origem das cidades médias está no contexto de formação da moderna rede urbana que emerge do processo de urbanização diferenciada com máxima concentração espacial de atividades produtivas e população e máxima dispersão. Dessa maneira, as cidades médias refletem o equilíbrio entre esses dois máximos (CORRÊA, 2007).

Pelo exposto, ressaltamos a relevância desta pesquisa dentro da análise das transformações da relação cidade-campo, em especial no que concerne aos estudos do espaço urbano brasileiro, visto que o cenário produtivo, com destaque para o cenário produtivo da agricultura que deu base às nossas pesquisas tem sofrido significativas transformações.

Afirmamos, por fim, que o presente estudo, longe de encerrar o assunto, aponta para um leque de possibilidades em pesquisas futuras dos mais diversos ramos científicos, permitindo análises, com diferentes olhares, a partir do circuito espacial da produção do algodão colorido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo. Editora Ciências Humanas, 1980.

ARANHA, Gervásio Batista. **Campina Grande no espaço econômico regional: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907-1957)**. 1991. Dissertação (UFPB).

_____. Trem e empório do algodão em Campina: notas para a história de uma cidade (regionalmente) cosmopolita . In: **Cadernos Nordeste em debate nº 1**. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba (Campus II) - Centro de Humanidades - Departamento de História e Geografia - Grupo de Estudos em História Regional, 1993, 7-23.

BALESTRO, Moisés Villamil & SAUER, Sérgio. **Agroecologia e soa desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BARROS, Nilson C. Crocia de. **O pequeno comércio no interior do Nordeste do Brasil: estudo sobre o comércio na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba**. Tese de doutorado. São Paulo, 1987.

BELTRÃO, Napoleão Esberard de Macêdo. & CARVALHO, Luiz Paulo de. **Algodão colorido no Brasil, em particular no Nordeste e no Estado da Paraíba**. Campina Grande: EMBRAPA, 2004.

BIO-PIRATERIA. 1993. La história de los algodones de pigmentación natural en las Américas. In: **Rafi Communique**, nov. 6 p. Disponível em <http://www.rafi/espanol/e19935>.

CAMPOS, Margarida Cássia & TSUKAMOTO, Ruth Youko. As principais correntes da agricultura não convencional. In: CARVALHO, Márcia Siqueira de. **Geografia, meio-ambiente e desenvolvimento**. Londrina: a Autora, 2003.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim. **A cidade e a festa. Cultura e identidade na festa da Micarande na cidade de Campina Grande – PB**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo.

_____. & MAIA, Doralice Sátyro. Das feiras às festas: as cidades médias do interior do NORDESTE. In: SPOSITO, M. E. B. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CAVALCANTI FILHO, Paulo Fernando & MOUTINHO, Lúcia Maria G. Inovatividade e cooperação no arranjo produtivo de confecções em Campina Grande – PB. In: LASTRES, M. M. & CASSIOLOTO, J. E. (orgs). **Estratégias para o desenvolvimento: um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

CASTELLAS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1984.

_____. **A sociedade em rede. – A era da informação: economia, sociedade e cultura**, v. 1 São Paulo:Paz e Terra, 1999.

CORAGGIO, José Luis. **La construcción de una economía popular como horizonte para ciudades sin rumbo**. Itamontes, 1993.

CORREA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. Construindo o conceito de cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

COSTA, Antonio Albuquerque da. **As Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo**. 2003. Dissertação (UFPE).

DUARTE, Renata Barbosa de Aaraújo. **Histórias de Sucesso: indústria têxtil e confecções, madeira e móvel**. Brasília: SEBRAE, 2006.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. Redes Agroindustriais e Produção do Espaço Urbano no Brasil Agrícola. In: **Panorama da Geografia Brasileira**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Redes agroindústrias e Uurbanização dispersa no Brasil**. Artigo apresentado no X Colóquio Internacional de Geocrítica. Universidad de Barcelona, mayo de 2008.

EMBRAPA. **O algodão colorido no Brasil**. Campina Grande, 2000.

FARIAS, Paulo Sérgio Cunha. **Os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação do algodão colorido e derivados da Paraíba (2000-2008): uma dimensão geográfica da flexibilização do produto, da produção e do consumo de moda, fibras, têxteis e confecções**. Tese de Doutorado. Recife: 2010.

FARIAS, Adriana Salete Dantas. & RAMOS, Francisco de Souza. **Cooperação industrial: alternativa para a competitividade de micro e pequenas empresas**. CESCAGE, 2009.

FREITAS, Israel Santos. de & LIMA, Divina Aparecida Leonel Lunas. **A viabilidade da produção de algodão em propriedade familiar: o caso do sudoeste de Goiás**. V Congresso Brasileiro de algodão. Bahia, 2005.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Unicamp, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

MAIA, Doralice Sátyro. **O campo na cidade: necessidade e desejo.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1994. (dissertação de mestrado em geografia).

MARAFON, Glaucio José. O trabalho de campo como um instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária. In: **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação.** PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. RAMIRES, Julio Cesar de Lima Ramires. Uberlândia: Assis, 2009.

MEDEIROS, José Adelino. **Pólos, parques e incubadoras: a busca da modernização e competitividade.** Brasília: CNPq, IBICT, SENAI, 1992.

MONBEIG, Pierre. Notas sobre a Geografia Humana do Nordeste do Brasil. In: _____. **Novos estudos de geografia humana brasileira.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo.** Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2006.

_____. Cidade e Campo, Urbano e Rural. O Substantivo e o Adjetivo. In: **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios.** Org. Sarah Feldman, Ana Fernandes. Salvador: EDUFBA, 2007.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico.** São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico? : por uma epistemologia crítica.** São Paulo: Contexto, 2008.

PASSOS, Messias Modesto & SPÓSITO, Eliseu Savério. **Globalização e regionalização na Europa Ocidental: Portugal, Espanha e França.** Presidente Prudente: PPGG-FCT-UNESP, 2000.

PINHEIRO, Leandro. Programa de fortalecimento da cadeia produtiva do setor têxtil. In: LOTTA, Gabriela Spanghero; BARBOZA, Hélio Batista; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho & PINTO, Verena. (orgs). **20 experiências de gestão pública e cidadania.** São Paulo: Programa de gestão pública e cidadania, 2003.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Editora: Hucitec, 1994.

_____. **A Natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: USP, 2006a.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2006b.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** São Paulo: USP, 2008a.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

_____. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SILVA, Rafaela Fernandes e. **O espaço periurbano na divisa das cidades de Bayeux e Santa Rita: redefinindo antigas relações cidade-campo.** Monografia. João Pessoa, 2008.

SILVEIRA, Márcio Rogério. Falta de demanda e deficiência do sistema produtivo brasileiro: contrinuições dos eixos de desenvolvimento e dos arranjos produtivos locais. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SPOSITO, Eliseu Saverio & SOBARZO, Oscar. **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SOARES, Beatriz Ribeiro. As Novas Espacialidades das cidades médias para o século XXI. In: **O Brasil, a América e o mundo: espacialidades contemporâneas (II).** Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, Anpege 2008.

SOBARZO, Oscar. Passo Fundo: Cidade média com funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, ELIAS, Denise & SOARES, Beatriz. Ribeiro. **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró.** São Paulo: Expressão popular, 2010.

SOUZA, Maria Célia de. **Texteis de algodão orgânico: um caso de coordenação estrita de sub-sistemas agroindustriais.** Ribeirão Preto, 1999.

_____. Produção de algodão orgânico colorido: possibilidades e limitações. In: **Informações econômicas.** São Paulo, v. 30, 2000.

SOUZA, L. A. de. **O território em rede na produção de algodão em Mato Grosso (MT).** Anais do 2º Simpósio O rural e O urbano no Brasil/UERJ. 2009. Rio de Janeiro, RJ. ISSN 1980 - 6396.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Revista Território**, ano III, nº 4, jan./jun. 1998.

_____. **Capitalismo e Urbanização.** São Paulo: contexto, 2005.

_____. **Cidades médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____, SPOSITO, Eliseu Saverio & SOBARZO, Oscar. **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

WHITACKER, Arthur Magon. Centralidade intraurbana e morfologia em cidades médias: transformações e permanências. **XI Seminario Internacional RII - Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio**. Mendoza, 2010.

APÊNDICE

Apêndice I

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Trabalho de campo – empresas cooperadas.
O Algodão Colorido em Campina Grande: a relação Cidade e Campo
Projeto de Dissertação de Mestrado em Geografia.
Mestranda: Rafaela Fernandes e Silva.
QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE CAMPO:

Nome do pesquisador: _____

Data: ___/___/___

Local (Nome da empresa, endereço – rua, nº, bairro):

I - Dados do entrevistado

Nome: _____

Idade: _____

Escolaridade:

- () não alfabetizado () ensino fundamental II completo
 () alfabetizado () ensino médio incompleto
 () ensino fundamental I completo () ensino médio completo
 () ensino fundamental I incompleto () ensino superior incompleto
 () ensino fundamental II incompleto () ensino superior completo

Renda mensal aproximada:

- () Menos e 1 salário () entre 3 e 4 salários () 6 ou mais
 () Entre 1 e 2 salários () entre 5 e 6 salários

Número de integrantes da família:

- () 1 () 2 () 3 ou mais

II - Da produção

Tipo de Produção:

- () familiar () família mais trabalhador contratado () pequena empresa

Número de pessoas que trabalham:

- () 1 () 2 () 3 ou mais

III – Do processo produtivo

Tipo de Equipamento:

- () máquina de costura doméstica () máquina de costura industrial
 () outros equipamentos

Sistema produtivo:

2.1 Divisão do trabalho: () sim () não

Como se dá essa divisão?

Quantas etapas?

Resultado da produção:

Quais os produtos finais? _____

Quantas peças são produzidas por dia ou por semana? _____

IV – Da comercialização

Preço das mercadorias _____

A quem vende _____

Como é vendido _____

Como é transportado _____

V- Observações _____

Apêndice II

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Trabalho de campo – campos de produção

A produção do Algodão Colorido em Campina Grande: a relação Campo e Cidade

Projeto de Dissertação de Mestrado em Geografia.

Mestranda: Rafaela Fernandes e Silva.

Nome do entrevistado: _____

Idade: _____

Escolaridade do entrevistado: _____

Data da entrevista: ___/___/___

Nome do entrevistador: _____

Tempo que trabalha com algodão: () menos de 5 anos () 5 a 10 anos () 10 anos ou mais.

Por que trabalha com algodão: _____

Renda adquirida (aproximada) com esse tipo de produção: _____

Período de produção: () semanalmente () mensalmente

Quanto produz: _____

Quais as principais dificuldades enfrentadas na produção: _____

Como supera essas dificuldades: _____

Além da mão-de-obra familiar é necessário:

Contratar trabalho temporário: () Sim () Não. Quantas pessoas: _____ Qual período: () preparo da terra () no plantio () na colheita () outro momento.

Meses da produção: período do plantio: _____ período da coleta: _____.

O algodão é comercializado com: () atravessador () diretamente () cooperativa.

Como é feito o pagamento pela venda: () a vista () a prazo.

Quais os cultivos paralelos ao do algodão que também são comercializados:
